

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM GESTÃO / MBA

**TRANSPOSIÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM MOEDA
ESTRANGEIRA**

Bruno Daniel Barata Campino

Orientação: Mestre José Luís Alves da Cunha

Júri:

Presidente: Doutor João Carlos Carvalho das Neves, Professor Catedrático, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutor Vítor Domingos Seabra Franco, Professor Associado, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Mestre José Luís Areal Alves da Cunha, Professor Auxiliar convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Março/2008



Abreviaturas

AAF – Accounting Advisory Fórum

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants

ASB – Accounting Standards Board

CCA – Current Cost Accounting

CEE – Comunidade Económica Europeia

CPP – Current Purchasing Power

ED – Exposure Draft

FAS – Financial Accounting Standards

FASB – Financial Accounting Standards Board

IAS - International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

NIC – Norma Internacional de Contabilidade

PCGA – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

SIC – Standing Interpretations Committee

SSAP – Standards Accounting Principles

UE – União Europeia

Resumo

Este estudo analisa e aprofunda a problemática contabilística da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira. Inicialmente procedeu-se ao enquadramento da normalização internacional e à identificação das práticas e métodos geralmente aceites.

De seguida, e com base em informação recolhida através de um inquérito, são caracterizados alguns aspectos importantes na metodologia utilizada por empresas portuguesas que lidam com esta matéria na elaboração das suas contas consolidadas.

Em conclusão, propõe-se a adopção de critérios na formulação de políticas contabilísticas indispensáveis ao processo estudado, salientando as respectivas vantagens e desvantagens.

Palavras chave: Transposição, Demonstrações financeiras, Moeda estrangeira, Métodos de transposição, IASB, FASB.

Abstract

This study makes an in depth analysis of the accounting issue of the translation of financial statements expressed in foreign currency. In the beginning it takes into consideration both the international accounting standards and the way that other countries have been dealing with this problem.

Then, and based on information obtained from a survey, important issues on the methodology used by Portuguese companies that deal with consolidated financial statements are summarized.

Finally, based on the evidence we propose the adoption of some criteria in the formulation of accounting policies, used in the analysed process, highlighting their advantages and disadvantages.

Key words: Translation, Financial statements, Foreign currency, Translation methods, IASB, FASB.

Índice

Abreviaturas.....2

Resumo.....3

Abstract.....4

Índice.....5

Lista de Quadros.....6

Lista de Figuras.....7

Agradecimentos.....8

1 - INTRODUÇÃO.....9

2 - O PROBLEMA DA TRANSPOSIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS EM MOEDA ESTRANGEIRA.....12

2.1 - Definição de Transposição.....14

2.2 - Transposição das Demonstrações Financeiras versus Conversão das

operações em moeda estrangeira.....15

3 - A NORMALIZAÇÃO INTERNACIONAL.....19

3.1 - Directivas da UE.....19

3.2 - IAS 21.....24

4 - OS OUTROS PAÍSES.....31

4.1 - Estados Unidos – FASB 52.....31

4.2 - Reino Unido – SSAP 20.....35

4.3 - Bélgica e Itália.....36

4.4 - Dinamarca.....37

4.5 - França.....37

4.6 - Alemanha.....38

5 - MÉTODOS DE TRANSPOSIÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM MOEDA ESTRANGEIRA E TRATAMENTO DAS DIFERENÇAS DE

TRANSPOSIÇÃO.....40

5.1 - Métodos de Transposição.....41

5.1.1 - Método do Câmbio de Encerramento.....41

5.1.2 - Método Temporal.....43

5.1.3 - Outros métodos secundários.....46

5.1.3.1 - Método Circulante – Não Circulante.....46

5.1.3.2 - Método Monetário – Não Monetário.....47

5.1.4 - Um exemplo da aplicação dos métodos da taxa de encerramento e

temporal.....50

5.2 - Tratamento das Diferenças de Transposição.....56

6 - O CASO PARTICULAR DA INFLAÇÃO.....63

6.1 - Primeiro Transposição e depois tratamento da Inflação ou vice-versa?.....63

6.2 - Quando é que se considera uma economia hiperinflacionária?.....65

7 - INQUÉRITO REALIZADO ÀS EMPRESAS QUE CONSTITUEM O PSI-20... ..67

7.1 - Metodologia.....67

7.2 - Conclusões do Inquérito.....68

8 - CONCLUSÕES.....74

9 - BIBLIOGRAFIA.....77

10 - ANEXOS.....79

Anexo 1 - Exemplar de inquérito distribuído às empresas.....80

Lista de Quadros

Quadro I - A taxa de câmbio de 1 Libra Contra 3 outras moedas..... 12

Quadro II - Métodos de transposição 49

Quadro III - Métodos Múltiplos, SA..... 50

Quadro IV - Métodos Múltiplos, SA..... 50

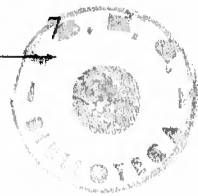
Quadro V - Diferença de transposição resultante da aplicação do método temporal na
Métodos Múltiplos, SA 51

Quadro VI - Transposição das Demonstrações Financeiras pela aplicação do método
temporal na Métodos Múltiplos, SA 53

Quadro VII - Diferença de transposição resultante da aplicação do método da taxa
corrente na Métodos Múltiplos, SA 54

Quadro VIII - Transposição das Demonstrações Financeiras pela aplicação do método
da taxa corrente na Métodos Múltiplos, SA..... 55

Quadro IX – Resumo das respostas do inquérito 73



Lista de Figuras

Figura I - Processo de transposição e tratamento proposto pelo FAS 52.....57

Figura II - Processo de transposição e tratamento proposto pelo FAS 52 (outro modo) 58

Figura III - Tratamento contas de Balanço método monetário – não monetário59

Figura IV - Tratamento contas de Resultados método monetário – não monetário.....59

Figura V - Desenvolvimento das diferenças de transposição no método monetário – não monetário.....59

Figura VI - Tratamento contas de Balanço método câmbio encerramento.....61

Figura VII - Tratamento contas de Resultados método câmbio encerramento61

Figura VIII - Desenvolvimento das diferenças de transposição no método câmbio encerramento61

Agradecimentos

Ao orientador da tese, Dr. José Luís Alves da Cunha, pelo empenho e pelos conhecimentos transmitidos ao longo da elaboração do presente trabalho.

Aos meus colegas e amigos, em particular ao Dr. César Saraiva, pelo apoio recebido em termos técnicos e profissionais.

Aos meus familiares, em especial aos meus pais António e Clara, à minha irmã Cláudia e à Tânia, pelo incentivo, compreensão e colaboração durante todo o mestrado.

A todos o meu reconhecido agradecimento.

1 - INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do comércio internacional bem como o fenómeno da globalização, a que se tem assistido nos últimos tempos, implicaram um aumento significativo de transacções comerciais entre empresas de países distintos e do número de Entidades com investimentos duradouros no estrangeiro.

Num contexto de taxas de câmbio flutuantes, estas Organizações não estão imunes aos riscos associados às variações permanentes da paridade entre as moedas dos países envolvidos, facto este que implica uma necessidade extrema de se investigar qual a melhor forma ou o melhor método para se reflectirem e avaliarem esses riscos na contabilidade.

Cada vez mais a informação financeira destina-se aos potenciais investidores e aos detentores do capital das empresas. Muitos têm sido os avanços registados, de forma a divulgar o maior número de informação, através de notas explicativas na apresentação das contas.

Estes avanços registados, através principalmente, das normas internacionais de contabilidade, também se traduzem numa mais-valia para a Gestão que assim dispõe de informação mais profusa e qualitativamente superior para melhor gerir as suas empresas.

Desta forma, existe uma extrema necessidade de encontrar um consenso de práticas e critérios contabilísticos, no processo de consolidação de contas, ao transpor para a moeda da empresa-mãe as demonstrações financeiras das filiais expressas em diferente moeda.

Os objectivos do presente trabalho são:

- Analisar a normalização internacional na perspectiva da transposição;
- Caracterizar os processos praticados noutros países;

- Aprofundar os principais métodos de transposição, bem como o tratamento a dar às diferenças de transposição;
- Estudar o caso particular da inflação no que respeita ao processo da transposição;
- Contribuir para a eleição de políticas e critérios contabilísticos a utilizar no processo de transposição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira;

No ponto 2, apresenta-se a definição de “transposição”, quais os problemas que estão aliados a este processo e a diferença relativamente ao simples processo de “conversão”.

No ponto 3, é referida e explicada a normalização internacional existente e que aborda esta problemática, ou seja, qual a base conceptual dos principais métodos de transposição.

No ponto 4, é mencionado como é que em alguns países como: Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica, Itália, Dinamarca, França e Alemanha se lida com este problema.

No ponto 5, são apresentados os principais métodos de transposição de Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira, bem como o tratamento a dar às diferenças de transposição quando é utilizada a taxa de câmbio de encerramento.

No ponto 6, define-se qual o processo a ser efectuado em primeiro lugar, transposição ou tratamento da inflação em ambientes económicos de elevadas taxas de inflação.

O ponto 7, tem por base um inquérito enviado às empresas que constituem o PSI-20 e que lidam com este tipo de problemática na elaboração das suas contas consolidadas. É apresentada a metodologia utilizada, bem como as conclusões verificadas.

No ponto 8, são apresentadas as conclusões finais sobre as questões levantadas e é dado um contributo para a efectiva normalização na aplicação de alguns critérios contabilísticos.

2 - O PROBLEMA DA TRANSPOSIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

A Transposição de Demonstrações Financeiras levanta alguns problemas devido ao facto das taxas de câmbio não serem fixas. Por exemplo, se 1 Euro fosse ao longo do tempo, sempre igual a 0,98 USD não existiriam divergências no que toca à metodologia a ser aplicada na transposição para Euros de um Activo valorizado por 1000 USD.

O facto das taxas de câmbio não serem fixas cria dois problemas:

1. Qual será a taxa apropriada para a Transposição de um Activo ou Passivo em moeda estrangeira?
2. Como deverá ser tratada a diferença de transposição que resulta do facto de ter existido uma flutuação das taxas de câmbio?

O Quadro I - A taxa de câmbio de 1 Libra contra 3 outras moedas, mostra-nos a taxa de câmbio da Libra contra o Dólar, o Marco e o Cruzeiro por um período de 36 anos, bem como as flutuações substanciais que se verificaram entre estas moedas.

Quadro I - A taxa de câmbio de 1 Libra Contra 3 outras moedas

Data	USD	Marco Alemão	Cruzeiro/Cruzado/Real Brasileiro
31.12.60	2.81	11.71	0.56
31.12.65	2.80	11.23	6.22
31.12.70	2.39	8.73	11.85
31.12.75	2.02	5.29	18.34
31.12.80	2.38	4.67	156.22
31.12.81	1.91	4.30	243.84
31.12.82	1.61	3.84	407.94
31.12.83	1.45	3.95	1,427.39

Quadro I – A taxa de câmbio de 1 Libra Contra 3 outras moedas

31.12.84	1.15	3.66	3,622.00
31.12.85	1.44	3.56	15,152.81
31.12.86	1.47	2.86	21,970.05
31.12.87	1.87	2.96	135.22*
31.12.88	1.81	3.22	1,384.81
31.12.89	1.62	2.73	18.24*
31.12.90	1.93	2.88	341.37
31.12.91	1.87	2.84	1,999.40
31.12.92	1.51	2.44	18,729.90
31.12.93	1.49	2.56	471.28*
31.12.94	1.56	2.42	1,319.76**
31.12.95	1.55	2.22	1,508.15
31.12.96	1.68	2.56	1.73*

Notas: * Introdução de uma nova moeda: 1 unidade igual a 1000 unidades da antiga moeda.

** Introdução de uma nova moeda: 1 unidade igual a 2,750 unidades da antiga moeda.

Fonte: Nobes, Christopher e Parker, Robert, Comparative Internacional Accounting, Prentice Hall, Londres, 1998.

Para ilustrar os dois problemas atrás mencionados podemos supor o seguinte:

Imagine-se que uma empresa Britânica, detinha em 31.12.96 1000 notas de 1 USD adquiridas a 31.12.95, em que a taxa de câmbio era 1£ = USD 1,55.

Quando for necessário incluir este Activo no Balanço a 31.12.96, torna-se essencial definir qual a taxa de câmbio a ser usada. Assim, surgem duas possibilidades:

1. A taxa de câmbio da data em que os Dólares foram adquiridos, ou seja, a “taxa de câmbio histórica”. Desta forma, teríamos um valor de transposição de £645.16 (1000USD/1.55), que é de facto o custo histórico do Activo em termos de Libras.

2. A taxa de câmbio da data do Balanço. Usando a taxa de $1\text{£} = 1.68 \text{ USD}$, dá-nos um valor de transposição de £595.24 ($1000\text{USD}/1.68$), que é de facto o valor corrente deste Activo a 31.12.96. A taxa de câmbio à data do Balanço é conhecida como a “taxa de encerramento”.

Quando é utilizada a taxa de câmbio histórica o valor do Activo em termos de Libras permanece inalterado desde o momento da sua aquisição. Como podemos constatar no exemplo anterior, o valor dos 1000 USD é de £645.16 desde 31.12.95 (data de aquisição) até à data a que respeita o Balanço que estamos a elaborar, apesar da flutuação cambial verificada.

Ao utilizarmos a taxa de câmbio de encerramento, constatamos que o valor de transposição varia ao longo do tempo. Em 31.12.95, o valor dos 1000 USD é de £645.16 enquanto a 31.12.96 é de £595.24, verificando-se assim um decréscimo de £49.92 causado pelo processo de transposição.

Esta diferença de transposição terá de ser reconhecida de alguma forma nas contas das empresas. Em resumo, existem dois grandes problemas relacionados com a transposição:

1. Qual a taxa de câmbio que deve ser utilizada para transpor Activos e Passivos em moeda estrangeira: A taxa histórica ou a taxa de encerramento?
2. Quando utilizada a taxa de câmbio de encerramento, como deve ser reconhecida a diferença de transposição nas contas das empresas?

2.1 - Definição de Transposição

O processo de transposição consiste em fazer com que as contas de uma entidade estrangeira sejam expressas, ou restabelecidas, em outra moeda. Este termo, aparece pela primeira vez em Portugal na Directriz Contabilística nº21 aprovada em 22 de Outubro de 1997.

Utilizamos o termo transposição, quando temos necessidade de transpor Activos, Passivos ou Capitais Próprios, expressos em moeda estrangeira, para moeda nacional, quando da elaboração e apresentação de demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

2.2 - Transposição das Demonstrações Financeiras versus Conversão das operações em moeda estrangeira

Como referimos no ponto anterior, falamos de transposição de Demonstrações Financeiras aquando da preparação das contas consolidadas de um grupo de empresas, sempre que as peças financeiras da empresa mãe e das suas subsidiárias não estejam reflectidas na mesma moeda.

Sempre que a empresa mãe detenha uma subsidiária num país estrangeiro e esta exerça aí a sua actividade principal, apresentado as suas contas na moeda do país onde está sediada e aí efectue as suas operações, no final do período terá de transpor as suas Demonstrações Financeiras de forma a serem incorporadas nas contas consolidadas do grupo que são apresentadas na moeda da empresa mãe. A este processo designamos como transposição de Demonstração Financeiras em moeda estrangeira.

A conversão das operações em moeda estrangeira, refere-se ao registo de transacções efectuadas numa moeda diferente nas contas individuais de uma empresa e a consequente preparação das Demonstrações Financeiras.

O registo destas transacções nas contas é efectuado utilizando a taxa de câmbio à data da operação.

Quando elaboramos as Demonstrações Financeiras individuais na moeda principal, devemos apresentar os activos não monetários ao custo histórico. Todos os ajustamentos a estas rubricas seguem as regras contabilísticas normais, por exemplo, amortizações no caso de se tratarem de Activos Fixos e redução para o preço de mercado no caso de se tratarem de Existências.

No caso de se tratarem de Activos ou passivos monetários, a situação é diferente, uma vez que o custo histórico em termos de moeda principal poderá não ser apropriado para apresentar estas rubricas no Balanço. Assim, existem três diferentes métodos para reflectir os Activos ou Passivos monetários provenientes de operações em moeda estrangeira:

1. À taxa histórica: Com este método, o valor destas rubricas na moeda principal é mantido inalterável.
2. À taxa de encerramento: É dado o valor corrente destes Activos e Passivos em termos de moeda principal, ou seja, o montante que seria recebido ou pago se à data do Balanço estes Activos ou Passivos monetários fossem convertidos em dinheiro. Quando a taxa de encerramento é diferente da histórica, surge uma diferença de conversão que é reconhecida como um proveito ou custo na conta de resultados.
3. Ao menor (maior) da taxa histórica e taxa de encerramento para os Activos (Passivos): Quando este método é utilizado, os Activos são reflectidos ao menor de dois valores possíveis e os Passivos ao maior. A taxa de encerramento só é utilizada se der origem a uma perda de conversão a qual será apresentada na conta de resultados.

Dos três métodos o primeiro raramente é usado. A sua aplicação é justificada pelo facto de que, num período de grande flutuação cambial, a taxa histórica é tão eficiente como referência como a taxa de encerramento para mensurar os Activos e Passivos monetários. Particularmente no que respeita a estas rubricas de longo prazo, é considerado prematuro reconhecer um ganho ou uma perda devido à elevada flutuação cambial a qual pode reverter a situação no futuro.

Esta prática é usual no Japão, no entanto na opinião de Nobes & Parker este argumento não é válido, uma vez que vai contra os princípios contabilísticos ao reconhecer um

Activo monetário por um valor superior ao seu valor corrente e um Passivo monetário por um valor inferior que o seu valor corrente.

O segundo método é baseado no princípio do Acréscimo e o terceiro método no princípio da Prudência. Desta forma, ao decidir entre um ou outro, o julgamento terá de ser feito, tendo em conta, o peso relativo a atribuir a estes princípios contabilísticos fundamentais.

A 4ª Directiva da UE, define o conceito de Acréscimo como todos os factos patrimoniais susceptíveis de afectar os resultados de um exercício devem ser contabilizados no momento da sua efectivação, ou seja, nesse exercício, e evidenciados nas demonstrações Financeiras independentemente do momento do pagamento e ou recebimento.

Se o princípio do Acréscimo é seguido, não se deverá esperar que o Activo ou Passivo monetário se transforme em dinheiro para reconhecer a alteração do seu valor.

O ganho ou a perda diz respeito ao período em que se deu a alteração da taxa de câmbio, ou do valor corrente destes Activos ou Passivos, logo deve ser reconhecida nesse exercício e não no futuro aquando da liquidação destas rubricas.

As Autoridades Reguladoras nos Estados Unidos e Grã-Bretanha têm seguido esta linha de pensamento, e por isso surgiram as norma FAS 52 e a SSAP 20 de que falaremos mais a diante.

Ao seguir o Principio da Prudência, não se está preparado para reconhecer ganhos resultantes do aumento do valor de um Activo monetário em moeda estrangeira ou da redução do valor de um Passivo monetário em moeda estrangeira. A justificação assenta no facto, de que o valor da realização destas rubricas em dinheiro, não pode ser encontrado com um grau de certeza aceitável.



O facto de uma futura alteração das taxas de câmbio poder cancelar um ganho verificado no período corrente, e ser imprudente reconhecer um ganho que ainda não foi realizado, e que pode desaparecer no futuro, são também as justificações apresentadas pelos que seguem o Principio da Prudência. Este método é seguido principalmente na Alemanha.

3 - A NORMALIZAÇÃO INTERNACIONAL

A transposição das demonstrações financeiras em moeda estrangeira desde cedo se mostrou como um tema bastante polémico nas empresas multinacionais. Os países anglo-saxónicos estiveram entre os primeiros a serem confrontados com esta problemática, devido à forte internacionalização das suas economias. Assim, é natural que as primeiras tentativas de sistematização, efectuadas nesta área da contabilidade, tenham surgido nos Estados Unidos da América e no Reino Unido.

É fundamental a caracterização dos conteúdos das normas vigentes nos países mais avançados, bem como da posição assumida por entidades de cariz supranacional, como o IASB e a União Europeia que se têm debruçado sobre a normalização.

3.1 - Directivas da UE

A União Europeia tem vindo a publicar diversas directivas relacionadas com a actividade empresarial. De entre essas Directivas relacionadas com o Direito das Sociedades, duas tratam exclusivamente de matérias contabilísticas. A Directiva 78/660/CEE, aprovada em 25 de Julho de 1978, geralmente conhecida como quarta directiva, apresenta como objectivo primordial, o atingir algum grau de harmonização na preparação, apresentação, auditoria e publicidade das contas anuais das sociedades de responsabilidade limitada, excluindo bancos e companhias de seguros.

A outra directiva relacionada com matérias contabilísticas é a Directiva 83/349/CEE, aprovada em 13 de Junho de 1983, geralmente designada por sétima directiva, que aborda a problemática das contas consolidadas.

Nenhuma destas directivas indica qual o método de transposição que deve ser utilizado para efectuar a transposição das demonstrações financeiras em moeda estrangeira.

Ambas as Directivas simplesmente requerem a divulgação de quais as taxas de câmbio que foram usadas para efectuar a transposição.

O hiato criado entre a implementação prática e a harmonização preconizada pelas Directivas Europeias conduziu à criação, em 1990, pela Comissão Europeia, do Accounting Advisory Fórum (AAF), cujo objectivo é a discussão de assuntos não abordados nas Directivas.

Todavia, os documentos publicados pelo AAF não têm o poder das Directivas, já que aquele órgão é unicamente um grupo de discussão da União Europeia.

De entre os assuntos analisados pelo referido organismo, encontra-se um documento, publicado em 1995, que trata da transposição das sucursais estrangeiras para incorporação nas contas anuais e da transposição das contas anuais, de operações estrangeiras, para a elaboração das contas consolidadas.

A principal característica deste documento advém do facto de efectuar a distinção, para o tratamento da transposição de demonstrações financeiras, entre as contas anuais e as contas consolidadas. Esta distinção está estritamente ligada à dificuldade europeia de normalizar a elaboração de contas anuais, o que não acontece, normalmente, ao nível da elaboração das contas consolidadas.

O documento aborda um dos pontos principais de polémica ao nível da transposição, que é o tratamento a dar às diferenças de transposição positivas não realizadas.

Este ponto, gerador de polémica, devido a ter um tratamento distinto, conforme se privilegie como objectivo das contas anuais a manutenção do capital ou antes a avaliação da eficiência.

Em função destes objectivos irá ser dada maior ou menor relevância ao princípio da prudência ou ao princípio do acréscimo.

Não foi ainda possível, ao nível europeu, reunir um consenso sobre qual o tratamento a dar às diferenças de transposição positivas não realizadas, para as quais são aceitáveis três diferentes métodos.

Todavia, para as contas consolidadas torna-se mais fácil reunir consenso sobre um único método, porque os objectivos que estão subjacentes à sua preparação são diferentes, dado que estas contas geralmente não estão sujeitas aos constrangimentos da manutenção de capital.

As contas anuais podem ser transpostas quer pelo uso da taxa de encerramento quer pelo uso da taxa histórica. O problema que se coloca diz respeito à compensação das diferenças de transposição.

De acordo com o artigo 7, da quarta Directiva, não é permitido efectuar compensações entre valores activos e passivos. Também é discutido o artigo 31(1)(e), que estabelece que os activos e passivos sejam avaliados e reconhecidos separadamente.

No entanto, no documento chega-se à conclusão que, para estabelecer um nível mínimo de comparabilidade, é apropriado compensar todas as diferenças de transposição dos elementos monetários de curto prazo.

O princípio da prudência deve ser respeitado, mas o método não deve conduzir à transferência dos riscos e das diferenças de transposição negativas do período corrente para períodos futuros.

Contudo, quando no lado activo do balanço, um devedor está denominado numa moeda estrangeira livremente convertível e do lado do passivo está um credor na mesma moeda, pela mesma quantia e com o mesmo prazo, parece que não existe risco de câmbio, seja ele qual for, para a empresa envolvida.

Por conseguinte, é sempre possível a compensação, em uma certa medida, não dos próprios itens do balanço mas das diferenças de transposição deles resultantes.

No que concerne ao melhor tratamento a dar, nas contas anuais, às diferenças de transposição positivas não realizadas que subsistam após a dedução das diferenças negativas, não existe consenso.

Podem ser utilizados três métodos:

- a) Não serem reconhecidas de nenhuma forma, continuando os elementos monetários respectivos a serem avaliados no balanço às taxas históricas;
- b) Serem inscritas no balanço, numa rubrica separada;
- c) Ou serem incluídas na demonstração dos resultados.

Torna-se, assim, notório que existem grandes diferenças de pontos de vista, sobre o tratamento contabilístico das diferenças de transposição de moeda estrangeira.

Se nenhuma indicação suplementar for dada, a comparabilidade não será alcançada.

Para a incorporação de sucursais estrangeiras nas contas anuais, é recomendado o método temporal.

As diferenças de transposição positivas líquidas resultantes desta operação podem ser tratadas em conformidade com um dos métodos mencionados.

De forma a garantir a comparabilidade das contas consolidadas, é recomendado um único método para contabilização das diferenças de transposição, tanto nas contas anuais da empresa – mãe como nas contas anuais das subsidiárias a serem incorporadas nas contas consolidadas.

Enquanto que para as contas anuais são considerados como aceitáveis três métodos, para as contas consolidadas é preconizado que as diferenças de transposição, tanto positivas como negativas, sejam levadas à demonstração de resultados.

No que concerne às subsidiárias a incluir nas contas consolidadas, estabelece-se uma distinção entre os estabelecimentos estrangeiros “integrados” e os estabelecimentos estrangeiros “não integrados”. Tanto para a transposição para a moeda de relato da empresa – mãe das contas anuais dos estabelecimentos estrangeiros integrados como para a incorporação de sucursais estrangeiras nas contas consolidadas, é recomendado o uso do método temporal.

Ao contrário do que é preconizado no tratamento das diferenças de transposição positivas líquidas nas contas anuais, que permite três métodos, para as contas consolidadas é preconizado que o resultado líquido das diferenças de transposição, positivas e negativas, seja incluído na demonstração dos resultados.

Para os estabelecimentos estrangeiros considerados não integrados, preconiza-se a utilização do método da taxa de encerramento / investimento líquido.

A característica fundamental deste método é a de que o processo de transposição se desenrole em duas fases. Na primeira, os itens individuais, em moeda estrangeira, nas contas anuais da subsidiária são transpostos para a moeda de relato dessa subsidiária.

O método a aplicar é o método temporal, que regista o conjunto dos desvios de transposição na demonstração dos resultados. Na segunda fase, à que proceder à transposição das contas da subsidiária por forma a serem incorporadas nas contas consolidadas.

Os elementos do balanço são transpostos para a moeda de relato das contas consolidadas, aplicando o método da taxa de encerramento. Os elementos da demonstração dos resultados são transpostos à taxa existente no momento das operações ou à taxa de encerramento.

As diferenças de transposição resultantes das flutuações da taxa de câmbio, de um período até outro, são levadas directamente a reservas.

3.2 - IAS 21

A IAS 21 do IASB - “The effects of changes in foreign exchange rates” (Os efeitos de alterações em taxas de câmbio) - foi emitida em Dezembro de 2003 e substituiu a anterior versão da IAS 21 revista em 1993, tendo revogado ainda três interpretações:

- SIC 11 – “Foreign Exchange – Capitalisation of Losses resulting from Severe Currency Devaluations” (Conversão Cambial – Capitalização de prejuízos resultantes de severas desvalorizações cambiais).

- SIC 19 – “Reporting Currency – Measurement and Presentation of Financial Statements under IAS 21 and IAS 29” (Moeda de relato – Mensuração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com as IAS 21 e 29).

- SIC 30 – “Reporting Currency – Translation from Measurement Currency to Presentation Currency” (Moeda de Relato – Transposição da moeda de mensuração para a moeda de apresentação).

As principais alterações da IAS 21 face à versão anterior são as seguintes:

- Foram removidos do âmbito da IAS 21 os derivados em divisas, os quais se encontram abrangidos pela IAS 39. O material sobre coberturas constante da IAS 21 passou também para a IAS 39.

- Foi substituída a noção de “moeda de relato” por duas noções: “moeda funcional” e “moeda de apresentação”. Passa a ser usado o termo “moeda funcional” em vez de “moeda de mensuração”.

- Cada entidade terá de determinar qual a sua moeda funcional e deverá mensurar os seus resultados e posição financeira nessa moeda. É dado maior ênfase à moeda da economia que determina a fixação de preço das transacções em detrimento da moeda em que as transacções são realizadas. Em consequência destas alterações, a entidade não terá liberdade de escolha da moeda funcional e não pode evitar a reexpressão de acordo com a IAS 29, adoptando, por exemplo, uma moeda estável como sua moeda funcional.

- Foi revista a distinção entre operações estrangeiras que são parte integral das operações da entidade que relata e entidades estrangeiras. Em consequência: Uma entidade que era anteriormente classificada como uma operação estrangeira que é parte integral das operações da entidade que relata terá a mesma moeda funcional da entidade que relata e somente será necessário um método de transposição para as operações estrangeiras.

- Foi removido o tratamento alternativo anteriormente permitido relativamente à capitalização de certas diferenças de câmbio. Em consequência, a SIC 11 foi revogada.

- É indicado que uma mudança na moeda funcional deve ser contabilizada prospectivamente.

- É permitido à entidade que relata (grupo ou entidade individual) apresentar as suas demonstrações financeiras em qualquer divisa (ou divisas) à sua escolha.

- A transposição dos resultados e posição financeira de moeda funcional para moeda de apresentação é efectuada pelo uso da taxa corrente para os activos e passivos e da taxa em vigor na data das transacções para os rendimentos e gastos, podendo-se utilizar a taxa média do período quando a mesma constituir uma aproximação razoável. Os valores comparativos são transpostos da seguinte forma:

- Tratando-se de uma entidade cuja moeda funcional não é a moeda de uma economia hiperinflacionária, os activos e passivos são convertidos pela

taxa corrente na data daquele balanço (ou seja, é utilizada a taxa em vigor no período anterior) e os rendimentos e gastos são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data das transacções (ou seja, é utilizada a taxa média do período anterior ou as taxas reais na data das transacções).

- Tratando-se de uma entidade cuja moeda funcional é a moeda de uma economia hiperinflacionária, todos os valores são convertidos à taxa corrente do balanço mais recente (assim, os comparativos do ano anterior são ajustados para reflectirem alterações subsequentes no nível de preços, sendo convertidos pela taxa corrente do ano seguinte).
- Tratando-se de uma entidade cuja moeda funcional é a moeda de uma economia hiperinflacionária e para a qual os valores comparativos são convertidos na moeda de uma economia não hiperinflacionária, os valores serão os mesmos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício anterior (não sendo assim ajustados por alterações subsequentes no nível de preços ou nas taxas de câmbio).

- É requerido que o “Goodwill” e os ajustamentos para o justo valor de activos e passivos provenientes da aquisição de uma entidade estrangeira sejam tratados como parte dos activos e passivos da entidade adquirida, sendo convertidos à taxa corrente.

- Deve ser divulgada a alteração na moeda funcional e as razões para essa alteração. São incorporadas grande parte das divulgações da SIC 30.

A IAS 21 deve ser aplicada:

- Na contabilização de transacções e saldos em moeda estrangeira, com excepção das transacções e saldos de derivados que estejam no âmbito da IAS 39.

- Na transposição dos resultados e posição financeira de unidades operacionais estrangeiras que sejam incluídas nas demonstrações financeiras da entidade pela consolidação integral, pela consolidação proporcional ou pelo método da equivalência patrimonial.
- Na transposição dos resultados e posição financeira de uma entidade para a moeda de apresentação.

Transacções realizadas em moeda diferente da empresa-mãe

Reconhecimento inicial:

A IAS 21 refere que a taxa de câmbio a ser utilizada para conversão inicial de uma transacção numa moeda diferente é a taxa em vigor na data da transacção (taxa histórica).

Conversão na data do balanço:

Segundo a IAS 21, subsequentemente, na data de cada balanço, deve ser utilizada a taxa de câmbio em vigor na data do balanço (taxa corrente) relativamente aos elementos monetários. No que se refere aos elementos não monetários, o tratamento a adoptar dependerá do critério de mensuração seguido. Desta forma:

- Elementos contabilizados ao custo histórico: mantém-se a taxa de câmbio da data da transacção.
- Elementos contabilizados ao justo valor: utiliza-se a taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

Tratamento das diferenças de câmbio:

De acordo com a IAS 21, as diferenças de câmbio devem ser reconhecidas directamente no resultado líquido do período, com excepção das diferenças de câmbio relativas a elementos monetários que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, as quais devem ser incluídas nas demonstrações financeiras que incluam a unidade operacional estrangeira e a entidade que relata (por exemplo, em contas consolidadas, quando a operação estrangeira é uma subsidiária) no capital próprio até à alienação da participada. Nessa altura, devem ser reconhecidas como rendimento ou gasto do período.

Uso de uma moeda de apresentação diferente da moeda funcional

Segundo a IAS 21, os critérios a adoptar para a transposição das demonstrações financeiras expressas numa moeda funcional (que não seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, caso em que se terá de seguir as disposições da IAS 29) para uma moeda de apresentação são os seguintes:

- Os activos e passivos de cada balanço apresentado (ou seja, incluindo comparativos) devem ser transpostos à taxa de fecho na data desse balanço.
- Os rendimentos e gastos de cada demonstração de resultados (ou seja, incluindo comparativos) devem ser transpostos às taxas de câmbio na data das transacções.
- As diferenças de câmbio resultantes devem ser reconhecidas como um componente separado do capital próprio.

Também segundo a IAS 21, os resultados e posição financeira de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser transpostos para uma moeda de apresentação diferente usando os seguintes procedimentos:

- Todas as quantias (activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos, incluindo comparativos) devem ser transpostos à taxa de fecho na data do balanço mais recente, excepto quando as quantias são transpostas para a moeda de uma economia não hiperinflacionária
- As quantias comparativas serão as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior (não sendo assim ajustadas por alterações subsequentes no nível de preços ou nas taxas de câmbio).

Quando a moeda funcional de uma entidade é a moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade deve reexpressar as suas demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 antes de aplicar o método referido no parágrafo anterior.

Alienação de uma unidade operacional estrangeira

De acordo com a IAS 21, na alienação de uma unidade operacional estrangeira, a quantia acumulada das diferenças de câmbio que tenham sido diferidas como um componente separado do capital próprio e que se relacione com essa unidade operacional estrangeira deve ser reconhecida como rendimento ou gasto no mesmo período em que o ganho ou perda com a alienação for reconhecido.

Divulgações

A IAS 21 requer as seguintes divulgações:

- Valores das diferenças de câmbio incluídas no resultado líquido do período.

- Diferenças de câmbio líquidas classificadas como um componente separado do capital próprio e reconciliação do valor dessas diferenças de câmbio no início e no fim do período.

Quando a moeda de apresentação é diferente da moeda funcional, esse facto deve ser divulgado, juntamente com a divulgação da moeda funcional e da razão para a utilização de uma moeda de apresentação diferente.

Quando ocorrer uma alteração na moeda funcional da entidade que relata ou de uma unidade operacional estrangeira significativa, deve ser divulgada essa alteração e a razão da alteração.

4 - OS OUTROS PAÍSES

Fazendo uma análise ao normativo em alguns países, antes da adopção por alguns deles das normas internacionais do IASB, podemos concluir que o tratamento dado à conversão/transposição de transacções em moeda estrangeira, consequente ajuste à data do balanço e destino dos ganhos ou perdas daí resultantes é diferente embora existam bastantes analogias entre eles.

4.1 - Estados Unidos – FASB 52

Os americanos foram os primeiros a fazerem algo de concreto relacionado com esta problemática. O AICPA tomou a iniciativa de destacar um dos seus membros, Leonard Lorensen, para estudar este assunto. O estudo desenvolvido por Leonard Lorensen em 1972, concluía que, de entre os diversos métodos de transposição susceptíveis de serem utilizados, deveria ser utilizado o método temporal.

Essa escolha era justificada pelo facto daquele método garantir que a base de valorização ao custo histórico, usada no balanço da subsidiária para activos e passivos, era mantida nas contas da subsidiária depois de transposta. Também as outras bases de valorização, possíveis de serem usadas na contabilidade, são respeitadas pelo método temporal.

Foi este estudo que esteve na origem da primeira norma americana sobre transposições: a FAS 8, emitida em Outubro de 1975. Esta norma enfatiza que o processo de transposição deve alterar a unidade monetária de medida sem contudo alterar os princípios contabilísticos. O processo tem por base a distinção entre valores históricos e valores correntes divulgados no balanço.

O FAS 8 encontrou uma boa receptividade junto das empresas americanas, que usufruíram dos benefícios de efectuarem o seu relato numa moeda forte, o dólar americano. No entanto, em meados dos anos 70 verificou-se uma desvalorização

desta moeda, e neste cenário a aplicação do método temporal gerava resultados controversos, dando origem ao “paradoxo da perda dentro do lucro”.

Gerava-se assim o paradoxo de empresas com resultados positivos no estrangeiro poderem, após a transposição, apresentarem resultados negativos.

Esta situação tornou-se penalizadora para as empresas com investimentos no estrangeiro, as quais promoveram um intenso debate no sentido de alterar a norma em vigor.

Em resultado desta forte contestação, o FASB suspendeu a aplicação da FAS 8, e emitiu uma nova norma para a substituir, a FAS 52 “Foreign Currency Translation”, publicada em Dezembro de 1981, que entrou em vigor em 15 de Dezembro de 1982.

De salientar, que a FAS 52 apenas foi aprovada por uma pequena maioria (4 contra 3) o que deixa transparecer ser um documento bastante polémico e com bastantes pontos criticáveis.

Para a FAS 52, os objectivos da transposição são:

1. Fornecer informação que seja genericamente compatível com os efeitos económicos esperados da taxa de câmbio nos cash-flows e nos capitais próprios;
e
2. Reflectir nas demonstrações financeiras consolidadas os resultados financeiros e as relações das entidades individuais consolidadas, como foram mensurados nas suas moedas funcionais, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites no país detentora (EUA).

Verifica-se assim, uma preocupação não só com as contas individuais, como se pode concluir pelo primeiro objectivo mas também com as contas consolidadas, como fica bem patente com a apresentação do segundo objectivo.

Neste segundo objectivo é claramente referido que as diversas relações obtidas do balanço a transpor se deverão manter após a transposição.

O FAS 52 apresenta dois métodos de transposição das demonstrações financeiras: o método da taxa de encerramento e o método temporal.

Quando se utiliza o método da taxa de encerramento todos os activos e passivos são transpostos utilizando a taxa de câmbio corrente. Os custos e proveitos são transpostos à taxa em que os mesmos ocorreram. Por questões práticas poderá ser utilizada a taxa média para a transposição dos itens da demonstração dos resultados.

Quando se utiliza o método temporal os activos e passivos monetários são transpostos pela aplicação da taxa corrente. Activos e passivos relevados ao custo histórico são transpostos à taxa de câmbio histórica. Quando relevados a custos correntes são transpostos à taxa corrente.

Desta forma, o método temporal enfatiza o método utilizado para a apresentação dos activos e passivos em moeda estrangeira a custos históricos ou a custos correntes.

Os custos e proveitos, segundo este método, são transpostos à taxa corrente, excepto aqueles relacionados com activos ou passivos transpostos à taxa histórica onde é utilizada a mesma taxa.

Neste método convém distinguir bem entre moeda de relato e moeda funcional. Assim, a moeda de relato é aquela que é utilizada para a apresentação das demonstrações financeiras.

Moeda funcional, é a do principal meio económico no qual a entidade opera. Geralmente é a moeda do meio económico no qual a empresa gera e despende disponibilidades.

É a moeda funcional que vai definir qual o método a utilizar e qual o destino das diferenças de transposição, assumindo-se, entretanto, que as demonstrações financeiras da entidade estrangeira foram preparadas a partir de livros e outros registos na moeda do país onde se encontra a sua sede e que os princípios contabilísticos geralmente aceites pela empresa – mãe foram utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras.

A moeda funcional, por vezes é a moeda da empresa – mãe pelo que neste caso não à transposição de demonstrações financeiras mas apenas remensuração das mesmas.

Nesta situação, a remensuração é feita pelo método temporal. Todas as diferenças que surjam são incluídas nos resultados do período.

Quando a moeda funcional é a moeda local, isto é a moeda do espaço económico onde a entidade estrangeira tem a sua sede a transposição é efectuada utilizando o método da taxa de encerramento, sendo as eventuais diferenças relevadas nos capitais próprios.

Por último, quando a moeda funcional é uma terceira moeda (que não a moeda da empresa – mãe nem a moeda do espaço económico onde a subsidiária tem a sua sede) à lugar, primeiro a remensuração para a moeda funcional dos elementos das demonstrações financeiras utilizando o método temporal e seguidamente a transposição da moeda funcional para a moeda de relato da empresa – mãe utilizando o método da taxa de encerramento.

Neste último caso, as diferenças de remensuração são reconhecidas como custos ou proveitos do período enquanto que as diferenças de transposição são relevadas como componentes dos capitais próprios.

4.2 - Reino Unido – SSAP 20

O método da taxa de encerramento sempre foi o preferido pela generalidade das empresas do Reino Unido. Mesmo quando nos Estados Unidos estava em vigor a FAS 8, que impunha a utilização do método temporal, a publicação da proposta de norma ED 21, em 1977, permitia a adopção do método temporal ou do método da taxa de encerramento.

Esta solução respondia quer às solicitações das empresas que no Reino Unido já utilizavam o método da taxa de encerramento, quer às necessidades das empresas que se encontravam cotadas nas bolsas americanas e tinham obrigação de lá apresentarem as suas contas.

Só em Abril de 1983 o Accounting Standards Committee (ASC) emitiu a SSAP 20 – “Foreign Currency Translation”. Os objectivos enunciados para esta norma eram os mesmos da FAS 52, com excepção de umas pequenas palavras, que onde na norma americana se fazia referência aos PCGA dos Estados Unidos da América, a SSAP 20 substituiu por imagem verdadeira e apropriada (“a true and fair view”).

Nesta norma as operações estrangeiras são divididas, para fins de transposição, em entidades que operam de forma separada ou quase independentes e em entidades que operam como uma extensão directa da empresa – mãe. Para as últimas actividades é preconizado, como método de transposição, o método temporal, sendo os ganhos e perdas resultantes da transposição reflectidos no resultado corrente.

Para as subsidiárias, que se podem considerar como desenvolvendo uma actividade independente, o método de transposição adequado é o método da taxa de encerramento, sendo as diferenças de câmbio resultantes da transposição contabilizadas como ajustamentos às reservas do balanço.

Para a transposição da demonstração dos resultados é permitida a opção entre a taxa de encerramento e a taxa média, ao contrário do preconizado na FAS 52, que só permite o uso da taxa vigente à data da operação ou a taxa média do período.

Esta norma está, claramente, orientada para indicar o método da taxa de encerramento como o aplicável em maior número de situações.

É com vista a chegar a esta conclusão que a referida norma utiliza o conceito de investimento líquido. Este conceito parte de uma visão que considera as subsidiárias estrangeiras como sendo dotadas de um considerável grau de autonomia, frequentemente financiadas localmente e operando principalmente no ambiente de negócios estrangeiro.

O ponto de partida é o pressuposto de que a empresa – mãe não está interessada na especificação dos activos da subsidiária, mas antes no retorno do investimento, que se reveste sob a forma de dividendos.

Deste modo, o investimento inicial é visto como o início de um negócio como um todo, mais do que activos e passivos individuais, sendo mensurado pelo total de investimento líquido, através do uso da taxa de encerramento.

É este raciocínio que justifica a escolha da SSAP 20, para designar este método como o método da taxa de encerramento / investimento líquido.

4.3 - Bélgica e Itália

As transacções são registadas ao câmbio spot do dia em que são consideradas como realizadas, a não ser que haja cobertura da taxa de câmbio (forwards ou futuros, por exemplo), caso em que a operação é relatada ao câmbio garantido para a operação.

No final do exercício económico eventuais ganhos por diferenças de taxas de câmbio serão diferidos até à sua realização através do encerramento da posição devedora ou credora. As perdas são primeiramente compensadas com os ganhos diferidos sendo eventuais excessos levados a resultados do exercício.

Na transposição das demonstrações financeiras as normas belgas permitem tanto o método da taxa de encerramento como o método monetário – não monetário, sendo as

empresas obrigadas a utilizar o método escolhido com consistência durante os vários períodos.

Neste aspecto as normas italianas seguem de perto o que está estatuído pelo IASB.

4.4 - Dinamarca

As organizações contabilísticas deste país aconselham o cumprimento da IAS 21, do IASB com ligeiras adaptações. Por exemplo, os ganhos não realizados a longo prazo só podem ser levados a resultados distribuíveis na medida em que cubram perdas com origem em diferenças de câmbio em transacções em moeda estrangeira. Qualquer excesso será considerado como uma reserva não distribuível.

Na transposição de demonstração financeiras de subsidiárias as normas dinamarquesas apontam para a utilização do método da taxa de encerramento, sendo as diferenças de transposição contabilizadas em reservas. Quando a subsidiária for considerada como uma extensão da empresa – mãe o método será o mesmo mas as diferenças são consideradas como proveitos ou custos do período.

Quando os empréstimos em moeda estrangeira forem tomados como cobertura de investimentos líquidos em subsidiárias as diferenças de conversão são igualmente consideradas nos capitais próprios.

4.5 - França

Neste país as transacções são também registadas ao câmbio da data em que se consideram realizadas. No final do exercício os itens monetários são apresentados ao câmbio da data do balanço.

Há contudo uma diferença de tratamento entre os ganhos e as perdas. De facto, enquanto as perdas são levadas a resultados do período, os ganhos não são geralmente considerados.

De referir, no entanto, que as perdas relacionadas com financiamentos de activos fixos podem ser distribuídas pelos diferentes exercícios enquanto durar o empréstimo.

Quanto à transposição de demonstrações financeiras quando a entidade estrangeira possa ser considerada como uma entidade independente da empresa – mãe o método utilizado é o da taxa de encerramento, sendo as diferenças de conversão registadas directamente nos capitais próprios.

Quando a entidade estrangeira seja considerada como uma extensão da empresa – mãe a conversão é efectuada com a aplicação do método monetário – não monetário, sendo as diferenças de conversão consideradas como custos ou proveitos.

4.6 - Alemanha

Este é um dos países que mais se afasta do comumente utilizado na União Europeia. As operações são registadas ao câmbio da data, como na generalidade dos países. No entanto, à data do balanço, as contas monetárias são registadas ao mais baixo do câmbio histórico ou câmbio de encerramento, para os activos e ao mais alto do câmbio histórico ou de encerramento, para os passivos.

É o principio da prudência a ser utilizado na sua plenitude tal como os alemães tanto gostam de fazer.

Relativamente à transposição das demonstrações financeiras as normas alemãs apenas têm como única obrigação imposta às empresas de que estas divulguem a política seguida e que esta seja aplicada consistentemente.

Sendo assim, é com naturalidade que todos os métodos possam ser encontrados nas empresas alemãs, conjugados com todos os tipos de tratamento das diferenças de transposição.

5 - MÉTODOS DE TRANSPOSIÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM MOEDA ESTRANGEIRA E TRATAMENTO DAS DIFERENÇAS DE TRANSPOSIÇÃO

São diversos os motivos que justificam a necessidade de efectuar a transposição. De entre eles, podemos salientar as necessidades sentidas pelos utentes, quando precisam de analisar Demonstrações Financeiras expressas numa moeda diferente da moeda de relato ou apresentação.

Esta análise será certamente mais simples, se for efectuada na moeda de relato da restante informação financeira. A título de exemplo, um investidor Português que pretenda investir numa empresa dos Estados Unidos, preferirá analisar a informação financeira em Euros do que em Dólares.

Os gestores consideram muito mais útil que a informação seja expressa na moeda da empresa-mãe, já que permite a análise dos resultados das operações e facilita as comparações.

Por outro lado, no caso da empresa – mãe necessitar de elaborar contas consolidadas, todas as Demonstrações Financeiras do grupo devem estar expressas na moeda de relato, pois só assim se poderão preparar aquelas contas.

A transposição das contas das subsidiárias é efectuado pelo recurso à utilização de um método de transposição. Contudo, o desenvolvimento de um método que seja racional e aceitável tem deparado com diversas dificuldades.

São duas as taxas de câmbio susceptíveis de serem utilizadas para a transposição de cada um dos itens do Balanço. A taxa de câmbio histórica ou a taxa de câmbio de encerramento.

A aplicação das diferentes taxas de câmbio, encerramento ou histórica, aos elementos do Balanço e às rubricas da Demonstração dos Resultados, dão origem a diferentes métodos de transposição.

5.1 - Métodos de Transposição

Como referido no ponto anterior, na transposição de Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira, podem ser utilizados o câmbio de encerramento ou o câmbio histórico. Contudo, não tem havido consenso quanto à aplicação de uma ou de outra taxa de câmbio em função da natureza do Activo e ou Passivo.

Surgem assim como principais métodos de transposição:

- Método do câmbio de encerramento;
- Método Temporal

Alguns autores, como Radebaugh e Gray, apresentam ainda outros dois métodos – Método Monetário–não monetário e Método Corrente–não corrente – no entanto, por terem menor relevo que os dois principais serão tratados mais à frente no ponto 5.1.3 – Outros métodos secundários.

5.1.1 - Método do Câmbio de Encerramento

Este método é o de aplicação mais simples. A sua aplicação apenas obriga a que todos os Activos e Passivos sejam transpostos à taxa de câmbio de encerramento.

Os procedimentos inerentes a este método são relativamente reduzidos, basta aplicar a taxa de encerramento, à data da elaboração das Demonstrações Financeiras, e a taxa histórica respeitante ao activo líquido inicial, não sendo necessário a empresa reter nenhuma outra taxa de câmbio.

Esta simplicidade constitui uma grande vantagem relativamente a outros métodos susceptíveis de serem utilizados, os quais mobilizam meios acrescidos para a sua implementação pelas empresas.

Quando se utiliza este método para a transposição do Balanço, são preconizadas diversas formas de efectuar a transposição da demonstração dos resultados. Os itens da demonstração dos resultados devem ser transpostos às taxas de câmbio existentes à data em que é feita a contabilização das transacções, no entanto sendo este procedimento geralmente impraticável, admite-se a utilização de uma taxa de câmbio média anual.

Este é o modo de transposição aconselhado pela norma americana (FAS 52). Outros há, que preconizam a utilização da taxa de encerramento ou a taxa média do período, como é o caso da norma adoptada no Reino Unido (SSAP 20).

Enquanto que a utilização da taxa de encerramento apresenta como vantagem a manutenção das relações existentes nas contas em moeda estrangeira, a taxa média apresenta maiores vantagens aquando da necessidade de elaboração de contas intercalares, visto que nesta forma o resultado anual vai coincidir com a soma dos resultados das contas intercalares.

Este método é o que se apresenta como de maior simplicidade, no entanto contraria a contabilização com base no custo histórico, visto os activos e passivos não – monetários estarem contabilizados nas demonstrações financeiras das subsidiárias estrangeiras, em unidades monetárias diferentes das actuais. A transposição é realizada com a aplicação da mesma taxa de transposição, independentemente do momento da aquisição do activo ou do momento em que se incorreu no passivo.

5.1.2 - Método Temporal

Este método foi enunciado pela primeira vez em 1972, pelo Americano Leonard Lorensen num estudo publicado pelo AICPA denominado “Reporting Foreign Operations of U.S Companies in U.S Dolars” Accounting Research Study N°12.

Para o método temporal as distintas taxas de câmbio, a usar na transposição, são determinadas a partir das bases de mensuração que foram utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras das subsidiárias estrangeiras.

Ao efectuar a transposição, os activos que constam no Balanço contabilizados com base no custo histórico, são transpostos à taxa histórica, ou seja, à taxa de câmbio vigente na data da transacção. No caso dos activos terem sido sujeitos a uma reavaliação, a transposição será efectuada à taxa histórica vigente na data da reavaliação.

Os activos e passivos expressos em valores correntes, em que se incluem todos os activos e passivos monetários, são transpostos através da utilização da taxa de encerramento.

Este modo de efectuar a transposição está de acordo com o argumento de que se tivéssemos adquirido um determinado activo não – monetário, no país da subsidiária estrangeira, e o tivéssemos enviado de imediato, para o país da empresa de relato, a taxa de câmbio utilizada teria sido a taxa da data da operação, ou seja, a taxa histórica.

Desta forma, só a utilização desta última taxa assegura a manutenção da contabilização com base no custo histórico.

Perante situações de reavaliação coloca-se o dilema de utilizar a taxa de câmbio à data da aquisição ou a taxa à data da reavaliação. Seguindo a lógica mencionada no parágrafo anterior, pode afirmar-se que se os activos tivessem sido enviados para o país da empresa – mãe na data da reavaliação, teriam sido transferidos à taxa de câmbio da data da reavaliação.

Consequentemente, a taxa de câmbio a utilizar na transposição de activos não – monetários reavaliados deverá ser a taxa de câmbio à data da reavaliação. Os activos reavaliados na data do Balanço, serão simplesmente transpostos à taxa histórica relevante na data da reavaliação que, neste caso, seria a taxa de encerramento.

Note-se que os valores monetários, pela sua natureza, devem ser transpostos à taxa de encerramento.

Esta forma de transposição, propicia que surjam diferenças de transposição que advêm exclusivamente de ganhos ou perdas cambiais.

O método temporal preconiza que os elementos não – monetários devem ser transpostos à sua taxa histórica relevante. Esta perspectiva é extensível à demonstração dos resultados.

A restrita aderência a este princípio, contudo, deveria requerer que cada venda e cada compra fosse transposta à taxa existente à data de cada transacção individual, mas essa prática mostra-se impossível de implementar para a maioria das empresas.

Esta dificuldade poderá ser superada pelo uso da taxa média ponderada na transposição de alguns dos itens.

No entanto, alguns itens de custos precisam de alguns ajustamentos. Encontram-se nesta situação as amortizações relativas a bens contabilizados ao custo histórico, que deverão ser transpostas à taxa histórica em vigor na data da contabilização do activo fixo particular a que se referem.

A amortização constitui a distribuição de um custo, pelo que a taxa apropriada é aquela que foi utilizada na transposição do activo fixo particular do balanço, por forma a reflectir a taxa de câmbio existente quando os activos foram adquiridos.

A utilização de diferentes taxas de câmbio na transposição das contas do balanço e da demonstração de resultados geram o aparecimento das denominadas diferenças de transposição.

No método temporal todas as diferenças de transposição, quer sejam positivas ou negativas, deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados como fazendo parte integrante da actividade normal da entidade.

A transposição pelo método temporal é consistente com a assunção Contabilística tradicional da teoria da entidade. Consequentemente, o processo de transposição produz contas de subsidiárias baseadas nos mesmos métodos de valorização das contas da empresa – mãe. As contas das subsidiárias são apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da mesma forma que foram mensuradas originalmente na moeda em que se encontravam inicialmente expressas.

Por esta razão, o método temporal apresenta pelo menos a vantagem da consistência, ao contrário do método da taxa de encerramento que, produz valores para os activos não – monetários com um significado reduzido, em termos de custo histórico ou custo corrente.

Outro aspecto importante refere-se à questão da aplicabilidade universal do método. O relato financeiro, reflectindo os custos de reposição ou os valores realizáveis líquidos, pode igualmente ser transposto usando as regras do método temporal.

No entanto, o método temporal pode, em certas circunstâncias, produzir resultados aparentemente controversos, dando origem à sua mais importante crítica, que consiste no paradoxo da perda dentro do lucro. Se os passivos monetários forem superiores aos activos monetários, perante uma desvalorização da moeda de relato vão ser relatadas perdas de câmbio significativas, aquando da transposição, que transformam um lucro da subsidiária, quando expresso na moeda estrangeira, numa perda, quando as suas contas são transpostas para a moeda de relato.



5.1.3 - Outros métodos secundários

Conforme referido anteriormente, outros autores como Radebaugh e Gray mencionam outros dois métodos. Desta forma, existem ainda:

5.1.3.1 - Método Circulante – Não Circulante

Este método é descrito, em 1939, no Committee on Accounting Procedure's research Bulletin N° 4 "Foreign Operations and Foreign Exchange" do AICPA.

O referido método recomenda que todos os activos e passivos circulantes sejam transpostos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do Balanço.

Para os activos e passivos não – circulantes, a taxa utilizada para a transposição é a taxa vigente na data da aquisição ou de produção dos activos e / ou a data em que incorreu nos passivos, ou seja, a taxa de câmbio histórica.

Este método assenta desta forma, na distinção dos activos e passivos em função do seu vencimento. Se os activos e passivos têm um vencimento igual ou inferior a um ano, deverão ser transpostos à taxa de encerramento. No entanto, se os activos e passivos vencem a mais de um ano, então deverão ser transpostos à taxa de câmbio histórica.

A principal crítica ao método resulta da divisão artificial que constitui o prazo de vencimento, para a aplicação de uma ou de outra taxa de câmbio.

Com efeito, existem sectores de actividade para os quais os prazos de distinção, entre actividade circulante e não – circulante não coincidem com a divisão temporal apresentada.

No caso da subsidiária se situar num país em que tenha ocorrido uma desvalorização, os activos e passivos financeiros são afectados por essa desvalorização, independentemente do seu prazo de vencimento.

Por outro lado, parte dos activos não financeiros, como as existências, podem ser afectados de modo diferente, uma vez que a perda obtida por intermédio da desvalorização poderá ser compensada pelos ganhos obtidos através do incremento de preços no país estrangeiro.

Para além disso, se os elementos do activo fixo ou financeiro são reavaliados através de normas de actualização monetária interna, a utilização da taxa histórica perde o seu significado.

Este método tem sido fortemente criticado, já que só se torna válido se se verificarem as condições fundamentais de estabilidade monetária do país da empresa detentora e existir uma relação directa entre a desvalorização e a inflação no país estrangeiro. Contudo, a verificação simultânea daquelas condições nem sempre ocorre.

A subjectividade de aplicação do método implica que este se torne controverso. A sua grande vantagem é a fácil aplicabilidade prática.

5.1.3.2 - Método Monetário – Não Monetário

Este método define que todos os activos e passivos monetários são transpostos à taxa de encerramento, enquanto os activos e passivos não – monetários são transpostos à taxa de câmbio em vigor na data de aquisição dos activos não – monetários ou na data em que se incorreu nos passivos não – monetários.

A diferença entre contas monetárias e não – monetárias baseia-se no facto dos valores das contas monetárias reconhecerem valores expressos em unidades monetárias, sempre que essas quantias nominais não possam ser alteradas por variações de preços motivados pela inflação ou deflação.

Deste modo, para os activos não – monetários, ainda que os preços dos bens e serviços possam sofrer alterações, os direitos expressos numa quantidade de bens e serviços permanecem inalterados.

Neste segundo tipo de activos, mesmo que se altere o poder de compra, não se altera a capacidade de conversão desses direitos em bens e serviços.

Os exemplos mais característicos de contas não – monetárias são as existências e os activos fixos. Mas, adiantamentos por conta de bens e serviços ou custos não extintos, incluem-se igualmente dentro dos activos não – monetários.

É assim evidente a diferença deste método relativamente ao método circulante – não circulante, uma vez que nem todos os activos circulantes são considerados activos monetários, como é o caso das existências, e de igual modo, nem todos os activos não circulantes são tratados como activos não – monetários.

Este método também se tem revelado controverso, se bem que menos que o método circulante – não circulante.

As principais críticas que lhe são apontadas têm a ver com a dificuldade em classificar os activos, especialmente o imobilizado financeiro. À semelhança do método circulante – não circulante não responde às controvérsias derivadas de moedas instáveis e da inexistência de relação directa entre desvalorização e inflação, dado que neste caso só os modelos de contabilidade de inflação podem resolver o problema.

De qualquer forma, as desvantagens apontadas, confrontando com o método circulante – não circulante, este método reflecte de um modo mais fiel a imagem da empresa.

A aplicação das taxas históricas ou correntes conduz aos métodos referidos:

Quadro II - Métodos de transposição

Rubricas	Métodos			
	Câmbio encerramento	Circulante - não circulante	Monetário - não monetário	Temporal
Activos e Passivos circulantes monetários	C	C	C	C
Existências	C	C	H	C / H
Outros activos não monetários	C	H	H	C / H
Restantes contas activo fixo e passivo a MLP	C	H	C	C
Capitais Próprios	H	H	H	H
Amortizações exercício	C	H	H	H / C
Outros custos e proveitos	H / CM	C / CM	C / CM	H / CM
C - Câmbio a data de encerramento CM - Câmbio médio exercício H - Câmbio histórico				

5.1.4 - Um exemplo da aplicação dos métodos da taxa de encerramento e temporal

Para ilustrar o método da taxa de encerramento, o método temporal e as diferenças existentes entre eles, vamos supor o seguinte:

Quadro III - Métodos Multiplos, SA

Métodos Multiplos, SA				
Balanço a 1 de Janeiro de 2005		30 de Junho 2005		31 de Dezembro 2005
		taxa de câmbio	\$1.60/£	
Caixa	£50	Transacções	1. Venda de 1 unidade	1. Amortizações do
Existências			stock por £120	imobilizado - £10
(2 unidades a £50)	£100		2. Reposição stock	2. Fecho da contabilidade
Imobilizado			por £80	e preparação demonstrações
(5 anos - Vida util)	£50		3. Pagamento de	financeiras assumindo
	<u>£200</u>		despesas - £30	FIFO para as existências
			4. Acréscimo custo	
Capital	£200		£20	
Nota: A taxa de câmbio a 1 Janeiro 2005 é \$2.00/£. A taxa média do ano foi \$1.60/£				

Fonte: Huefner, Largay and Hamlen, Advanced Financial Accounting Ninth Edition

Após serem efectuadas todas as operações teremos o seguinte balanço e demonstração de resultados a 31 de Dezembro de 2005:

Quadro IV - Métodos Múltiplos, SA

Operações efectuadas a 30 de Junho 2005		Balanço a 31 de Dezembro 2005	
D – Caixa		Caixa	£60
C - Vendas	£120	Existências	£130
		Imobilizado	<u>£40</u>
			<u>£230</u>
D – CMVMC		Capital	£200
C – Existências	£50	Resultado Liquido	£10
D – Existências		Acréscimo Custos	<u>£20</u>
C – Caixa	£80		<u>£230</u>
D – Outras despesas			
C – Caixa	£30		

Quadro IV – Métodos Múltiplos, SA			Demonstração Resultados a 31 de Dezembro 2005		
D – Despesas			Vendas		£120
C – Acréscimo custos	£20		CMVMC	£50	
			Despesas	£50	
Operações efectuadas a 31 de Dezembro 2005			Amortizações	£10	£110
			Resultado Líquido		£10
D - Amortizações Exercício					
C - Amortizações Acumuladas		£10			

Fonte: Huefner, Largay and Hamlen, Advanced Financial Accounting Ninth Edition

Transposição através do Método Temporal

Ao calcular as diferenças de transposição, pelo método temporal na transposição de Demonstrações financeiras, é necessário o controlo dos montantes dos activos e passivos líquidos registados a preços correntes, no início e no final do período, e das transacções que afectam esses activos durante o referido período.

No caso da empresa Métodos Múltiplos, SA, os itens registados a preços correntes são: Caixa e Acréscimo de custos. Desta forma é necessário ter em conta os montantes no início e final do período e as transacções que afectaram estes activos.

O cálculo da perda referente às diferenças de transposição, segundo o método temporal, pode ser constatado através do Quadro V – Diferença de transposição resultante da aplicação do método temporal na Métodos Múltiplos, SA:

Quadro V - Diferença de transposição resultante da aplicação do método temporal na Métodos Múltiplos, SA

	£	\$/£	\$
Situação a 1 de Janeiro (Caixa = £50)	50	2.00	100
Aumentos:			
Vendas	120	1.60	192
Diminuições:			
Pagamento Existências	-80	1.60	-128

Quadro V - Diferença de transposição resultante da aplicação do método temporal na Métodos Múltiplos, SA

Pagamento de despesas	-30	1.60	-48
Acréscimo de Custos	-20	1.60	-32
Situação a 31 de Dezembro	£40		\$84
(caixa = £60 - Acréscimo Custos £20)			
		1.44	-57.6
Diferença de Transposição: Perda			\$26.4

Fonte: Huefner, Largay and Hamlen, Advanced Financial Accounting Ninth Edition

Ao determinar se as diferenças de transposição se manifestam como um ganho ou uma perda, basta constatar que a situação no final do ano transposta a taxas históricas seria igual a \$84 e a taxas correntes igual a \$57.6. O valor a taxas históricas (\$84), representa os activos e passivos líquido registados a preços correntes transpostos à taxa de câmbio histórica.

O montante de \$57.6, representa os mesmos activos e passivos transpostos à taxa de câmbio corrente. Uma vez, que o valor corrente é inferior ao valor histórico, a empresa incorreu numa perda.

É necessário ter em conta de que se o montante dos passivos registados a preços correntes, forem superiores aos montantes dos activos registados a preços correntes, estes resultados traduzir-se-iam num ganho.

No Quadro VI – Transposição das Demonstrações Financeiras pela aplicação do método temporal na Métodos Múltiplos, SA, podemos constatar o seguinte:

Quadro VI - Transposição das Demonstrações Financeiras pela aplicação do método temporal na Métodos Múltiplos, SA

	£	\$/£	\$
Balanço			
Caixa	60	1.44	86.4
Existências - Unidade 2	50	2.00	100
Existências - Unidade 3	80	1.60	128
Imobilizado Líquido	40	2.00	80
Total Activos	230		394.4
Acréscimo Custos	20	1.44	28.8
Capital	200	2.00	400
Resultado Líquido	10		-34.4
Total Passivo e Capital Próprio	230		394.4
Demonstração de Resultados			
Vendas	120	1.60	192
CMVMC	-50	2.00	-100
Despesas	-50	1.60	-80
Amortizações	-10	2.00	-20
Diferenças de transposição			-26.4
Resultado Líquido	10		-34.4

Fonte: Huefner, Largay and Hamlen, Advanced Financial Accounting Ninth Edition

Como se pode constatar segundo este método, as diferenças de transposição no montante de -26.4 \$ surgem na demonstração de resultados fazendo parte integrante do resultado do período.

Transposição através do método da taxa de encerramento

O cálculo das diferenças de transposição usando o método da taxa de encerramento, apenas requer o controlo do montante da situação líquida (Activo – Passivo) no início e final do período e as transacções que afectam essa posição durante o referido período.

No caso da empresa Métodos Múltiplos, SA, a única alteração na situação líquida prende-se com o resultado líquido do exercício. Outras empresas poderão reflectir outras alterações como o pagamento de dividendos, a compra ou venda de acções próprias, etc.

O cálculo da perda referente às diferenças de transposição segundo o método da taxa de encerramento pode ser constatado através do Quadro VII – Diferença de transposição resultante da aplicação do método da taxa corrente na Métodos Múltiplos, SA:

Quadro VII - Diferença de transposição resultante da aplicação do método da taxa corrente na Métodos Múltiplos, SA

	£	\$/£	\$
Situação a 1 de Janeiro (Activos £200 - Passivos £0)	200	2.00	400
Aumentos:			
Resultado Líquido	10	1.6	16
Situação a 31 de Dezembro (Activos £230 - Passivos £20)	210		416
		1.44	-302.4
Diferença de Transposição: Perda			113.6

Fonte: Huefner, Largay and Hamlen, Advanced Financial Accounting Ninth Edition

Ao determinar se as diferenças de transposição se manifestam como um ganho ou uma perda, basta constatar que a situação no final do ano transposta a taxas históricas seria igual a \$416 e a taxas correntes igual a \$302.4. O valor a taxas históricas (\$416), representa a situação líquida transposta à taxa de câmbio histórica.

O montante de \$302.4, representa a mesma situação líquida transposta à taxa de câmbio corrente. Uma vez, que o valor corrente é inferior ao valor histórico a empresa incorreu numa perda.

No Quadro VIII - Transposição das Demonstrações financeiras pela aplicação do método da taxa corrente na Métodos Múltiplos, SA, podemos constatar o seguinte:

Quadro VIII - Transposição das Demonstrações Financeiras pela aplicação do método da taxa corrente na Métodos Múltiplos, SA

	£	\$/£	\$
Balanço			
Caixa	60	1.44	86.4
Existências - Unidade 2	50	1.44	72
Existências - Unidade 3	80	1.44	115.2
Imobilizado Líquido	40	1.44	57.6
Total Activos	<u>230</u>		<u>331.2</u>
Acréscimo Custos	20	1.44	28.8
Capital	200	2.00	400
Resultado Líquido	10		16
Diferenças de transposição			<u>-113.6</u>
Total Passivo e Capital Próprio	<u>230</u>		<u>331.2</u>
 Demonstração de Resultados			
Vendas	120	1.60	192
CMVMC	-50	1.60	-80
Despesas	-50	1.60	-80
Amortizações	-10	1.60	-16
Resultado Líquido	<u>10</u>		<u>16</u>

Fonte: Huefner, Largay and Hamlen, Advanced Financial Accounting Ninth Edition

Como se pode constatar segundo este método, as diferenças de transposição no montante de -113.6 \$ surgem evidenciadas no balanço como uma componente separada no capital próprio.

5.2 - Tratamento das Diferenças de Transposição

Como já se viu, a aplicação de cada um dos métodos às mesmas demonstrações financeiras conduz a diferenças de transposição substancialmente diferentes, que são consequência da variação da paridade cambial entre a moeda estrangeira e a moeda nacional e/ou a utilização de taxas distintas para os elementos do balanço e demonstração de resultados.

No método da taxa de encerramento a diferença é calculada sobre todo o investimento líquido da empresa – mãe.

No método circulante – não circulante as diferenças dizem respeito apenas aos activos e passivos circulantes.

No método monetário – não monetário a diferença é calculada apenas sobre itens monetários.

Dados os montantes envolvidos (fruto de utilização dos diversos métodos e da crescente volatilidade da paridade cambial), a forma de relatar as diferenças de transposição nas demonstrações financeiras consolidadas não tem sido pacífica.

As diferenças têm sido tratadas por:

- Imputação a resultados;
- Imputação a reservas; e
- Imputação repartida

Imputação a resultados: Quando as flutuações cambiais não eram significativas e consequentemente as diferenças de transposição não eram relevantes foi um critério geralmente aceite.

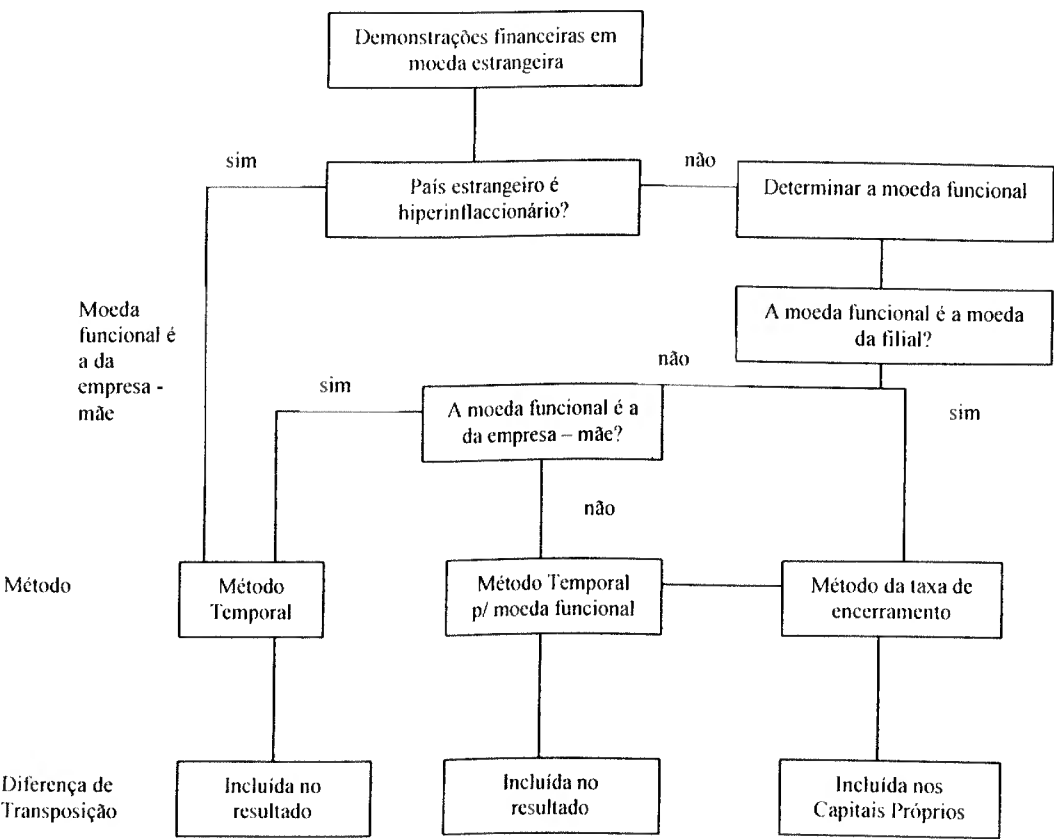
Foi o critério apontado pela FAS 8, documento que apontava como método a seguir o método temporal.

Contudo, com a turbulência dos mercados cambiais houve grande contestação ao FAS 8, visto as diferenças de transposição negativas serem significativas, nos Estados Unidos, e o FAS 52 alterou a filosofia de transposição do FAS 8, permitindo, como método principal, o da taxa de encerramento e a imputação das diferenças de transposição a reservas.

O FAS 52, introduziu o conceito de moeda funcional como sendo a moeda que a empresa dependente utiliza com maior predominância nas suas operações e não esteja sujeita a altas taxas de inflação.

O processo de transposição e tratamento proposto pelo FAS 52 é, esquematicamente, o seguinte:

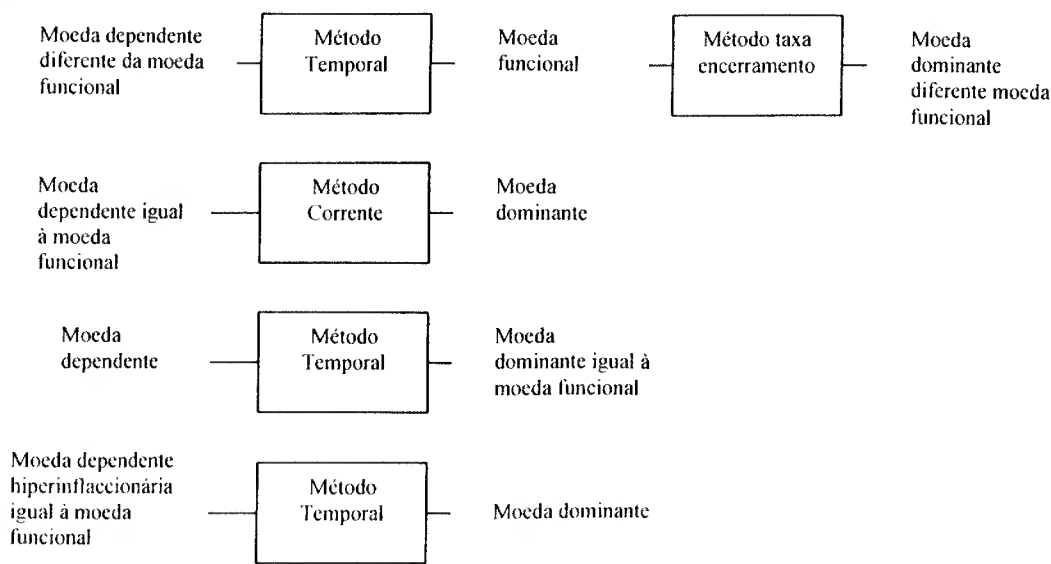
Figura I - Processo de transposição e tratamento proposto pelo FAS 52



Fonte: Haried, Andrew A.; Imdieke, Leroy F. e Smith, Ralph E. Advanced Accounting, John Wiley & Sons, inc, 6ª Ed., New York

Ou, de outro modo:

Figura II - Processo de transposição e tratamento proposto pelo FAS 52 (outro modo)



Em suma, sempre que se utilize o método temporal o FASB aponta para o reconhecimento em contas de resultados do período das diferenças de transposição.

O reconhecimento em resultados das diferenças de transposição é efectuado sempre que se utilize o método monetário – não monetário o que é utilizado sempre que haja dependência da filial em relação à empresa – mãe, ou sempre que a moeda funcional de uma filial seja diferente da moeda do país da sua sede ou, sendo a mesma, a economia da sede seja hiperinflacionária.

Assim, sempre que utilizamos o método monetário – não monetário, temos:

Figura III - Tratamento contas de Balanço método monetário – não monetário

Balanço			
Activos monetários	te	Passivos monetários	te
Activos não – monetários	th	Passivos não – monetários	th
		Capitais próprios	th
		Resultado Líquido (1)	

Figura IV - Tratamento contas de Resultados método monetário – não monetário

Demonstração de Resultados	
(+) Proveitos	tm
(-) CMV	
Ex. Inicial	te/th
Compras	tm
Ex. Final	th
(-) Amortizações	th
(-) Outros Custos	tm
(+/-) Diferenças de Transposição	
Resultado Líquido (1)	

(1) Resultado líquido igual no Balanço e Demonstração de Resultados

Figura V - Desenvolvimento das diferenças de transposição no método monetário – não monetário

Desenvolvimento das diferenças de transposição	
(+) Activos monetários (-) Passivos monetários iniciais	th
(+) Vendas	tm
(-) Compras	tm
(-) Outros custos ligados a rubricas monetárias	tm
(-) Imposto sobre o rendimento	tm
Subtotal	
(-) Activos monetários (+) Passivos monetários finais	te
Diferenças de transposição	

te – Taxa de encerramento

th – Taxa histórica

tm – Taxa média do exercício

Imputação a reservas: Devido às enormes flutuações cambiais, e estando as diferenças de transposição a serem imputadas a resultados, tal facto afectava a “imagem do Balanço” de grande parte das multinacionais. Daí, as pressões das multinacionais norte americanas para a revisão do FAS 8 e, conseqüentemente, o aparecimento do FAS 52.

O FAS 52 acabou por influenciar a restante normalização (SSAP 20 e NIC 21).

De acordo com o FAS 52 o relato das diferenças de transposição está dependente da eleição da moeda funcional.

Quando se utiliza o método temporal, as diferenças de transposição apuradas são componente do resultado do exercício.

Quando se transpõem contas em moeda funcional para a moeda de relato, através da utilização do método da taxa de encerramento, a diferença de transposição é acumulada em componente separada dos capitais próprios, até à alienação do investimento na subsidiária estrangeira.

Quando da alienação do investimento as diferenças de transposição acumuladas serão reconhecidas como proveitos ou custos do exercício da alienação.

Esta “filosofia” foi seguida quer pelo SSAP 20, no Reino Unido, quer pela IAS 21 do IASB.

Assim, pelo método do câmbio de encerramento, apuram-se as diferenças de transposição do seguinte modo:

Figura VI - Tratamento contas de Balanço método câmbio encerramento

Balanço			
Activos	te	Passivos	te
		Capitais próprios	th
		Resultado Líquido (1)	
		Diferenças de transposição	
		(Cap.próprios)	

Figura VII - Tratamento contas de Resultados método câmbio encerramento

Demonstração de resultados			
Custos e Perdas	tm	Proveitos e Ganhos	tm
Resultado Líquido (1)			

(1) Resultado líquido igual no Balanço e Demonstração de Resultados

Figura VIII - Desenvolvimento das diferenças de transposição no método câmbio encerramento

Desenvolvimento das diferenças de transposição	
(+) Situação líquida inicial	x taxa histórica
(+) Resultado líquido	x taxa média
(-) Dividendos	x taxa histórica
(-) Situação líquida final	x taxa de encerramento
Diferenças de transposição a incluir nos capitais próprios	

Imputação repartida: Trata-se do procedimento em completa discordância com a normalização anglo-saxónica, e que foi recomendado pelo Conseil de Normalization Comptable, em França.

Desta forma, e no caso de filiais estrangeiras não autónomas (utilização do método monetário – não monetário):

- As diferenças de transposição relacionadas com elementos monetários seriam imputadas a resultados;
- Existe a possibilidade de diferir as diferenças relacionadas com elementos monetários de longo prazo;
- As diferenças entre o balanço e a demonstração de resultados seriam levadas a resultados.

Assim, a única diferença em relação ao tratamento anglo-saxónico é a possibilidade do diferimento das diferenças de transposição relacionadas com elementos monetários de longo prazo.

De resto, em França o tratamento das diferenças de transposição, no caso de filiais estrangeiras autónomas é já consentâneo com a normalização anglo-saxónica.

6 - O CASO PARTICULAR DA INFLAÇÃO

A inflação, em países onde se encontram sediadas as subsidiárias apresenta graves problemas à contabilidade nomeadamente à consolidação das demonstrações financeiras.

Ao problema da transposição das demonstrações financeiras, junta-se outro, o tratamento da inflação.

Existem essencialmente dois métodos para preparar os ajustamentos nas demonstrações financeiras das empresas sujeitas a ambientes económicos de elevadas taxas de inflação: O CCA (current cost accounting) e o CPP (current purchasing power).

6.1 - Primeiro Transposição e depois tratamento da Inflação ou vice-versa?

O CCA baseia-se no custo corrente dos activos. Assim, os itens do balanço da subsidiária devem ser ajustados para os valores correntes, isto é, para os valores que a subsidiária teria de despende, no meio económico onde desenvolve a sua actividade, para adquirir activos com as mesmas características dos actuais.

Por vezes, por uma questão de facilidade, são utilizados índices de preços específicos em vez de custos de substituição.

Note-se que os custos de substituição, são os custos em moeda estrangeira, do país onde se encontra sediada a subsidiária.

Nunca o custo de substituição é expresso em moeda da empresa que relata obtido no mercado desta, isto é, nunca se faz em simultâneo a transposição e o ajustamento da inflação. Do mesmo modo o índice de preços específicos deverá também ser um índice construído no país onde se encontra a subsidiária.

Desta forma, os procedimentos a seguir são o de primeiramente ajustar os custos históricos expressos em moeda estrangeira no balanço da subsidiária à inflação e de seguida proceder à transposição utilizando a taxa de encerramento, como também é sugerido pelo método temporal.

O CPP tem por base a apresentação dos activos em termos de poder de compra. Este objectivo é alcançado utilizando um índice geral de preços multiplicando o aumento do índice entre dois momentos (o da aquisição e o actual) pelo custo histórico do activo o que dará o valor ajustado.

Há aqui, segundo Rosenfield dois procedimentos possíveis;

- Primeiro transposição utilizando a taxa de câmbio histórica seguida de ajustamento de inflação. Isto significa que o ajustamento é efectuado com base no índice geral de preços do país onde se encontra sediada a empresa – mãe; ou
- Primeiro ajustamento de inflação seguida de transposição. Neste caso o ajustamento é efectuado com base no índice geral de preços do país da subsidiária.

A transposição é efectuada utilizando a taxa corrente.

Os resultados são obviamente diferentes dado que as variações da taxa de câmbio não reflectem rigorosamente as diferenças das taxas de inflação nos dois países. A inflação é uma das variáveis para a determinação das taxas de câmbio mas não a única.

No caso do CPP o poder de compra que está em causa é o poder de compra dos accionistas da empresa – mãe que aplicaram parte das suas economias na empresa através da subscrição do seu capital.

O que lhes interessa é saber até que ponto o seu investimento se valorizou ou desvalorizou.

Assim, tendo o interesse dos accionistas da empresa – mãe como pano de fundo, o índice geral de preços a ser utilizado será obviamente o do país onde se encontra sedeadada a empresa–mãe.

Desta forma, e contrariamente ao que se passa com o CCA, primeiro dever-se-á proceder à transposição e seguidamente ao ajustamento dos efeitos da inflação.

6.2 - Quando é que se considera uma economia hiperinflacionária?

É também importante saber quando é que estamos perante uma economia hiperinflacionária. Assim, pela FAS 52 “...uma economia hiperinflacionária é aquela na qual a inflação acumulada num período de três anos consecutivos é aproximadamente 100%. Por outras palavras, a taxa de inflação numa economia hiperinflacionária deve estar próxima de 35% por ano durante três anos consecutivos.”

Na IAS 21 quando a moeda funcional de uma entidade é a moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade deve reexpressar as suas demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 antes de proceder à transposição.

De acordo com a IAS 29, “...a hiperinflação é indicada por características do ambiente económico de um país que incluam, mas não se limitam a, as seguintes situações:

- a) a população em geral prefere conservar a sua riqueza em activos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- b) a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda, local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- c) as venda e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto;

- d) as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e
 - e) a taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se de 100% ou excede este valor.”
- e ainda, “esta norma não estabelece uma taxa absoluta a partir da qual se presume estar perante hiperinflação...”

7 - INQUÉRITO REALIZADO ÀS EMPRESAS QUE CONSTITUEM O PSI-20

No sentido de melhor compreender a forma como as principais empresas portuguesas, que lidam com esta problemática da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira, aplicam a IAS 21, foi elaborado e distribuído um inquérito cujo exemplar se apresenta no anexo 1.

O inquérito é muito sintético, com vista a facilitar o preenchimento pelas empresas e é composto por apenas nove questões de resposta múltipla e que nos pareceram ser as mais pertinentes na forma como as empresas aplicam a IAS 21 ou lidam com esta problemática.

7.1 - Metodologia

Foram inquiridas as empresas pertencentes ao PSI-20, entendendo serem estas as principais empresas do tecido empresarial português.

Através do referido inquérito, na sua primeira questão, identificaram-se quais das empresas mencionadas consolidam contas em Portugal e detém investimentos em países com moeda diferente do euro sob a forma de filiais/subsidiárias, estando alguma dessas filiais/subsidiárias incluída no perímetro da consolidação.

No momento da elaboração do inquérito o PSI-20, era composto pelas seguintes empresas:

- Altri – SGPS, SA
- Banco BPI, SA
- Banco Comercial Português, SA
- Banco Espírito Santo, SA

- Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA
- Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA
- Cofina – SGPS, SA
- EDP – Energias de Portugal, SA
- Impresa – SGPS, SA
- Jerónimo Martins – SGPS, SA
- Mota-Engil, SGPS, SA
- Novabase – SGPS, SA
- Pararede – SGPS, SA
- Portugal Telecom – SGPS, SA
- PT Multimédia – Serv. Tel. Multimédia, SGPS, SA
- Reditus – SGPS, SA
- Semapa – Sociedade Investimento e Gestão, SGPS, SA
- Sonae – SGPS, SA
- Sonae Indústria – SGPS, SA
- Sonaecom – SGPS, SA

De seguida, foram apresentadas oito questões, de forma a determinar quais os processos ou procedimentos adoptados pelas empresas quando estas aplicam a IAS 21 na transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira.

7.2 - Conclusões do Inquérito

Das vinte empresas que constituem o PSI-20, obtiveram-se doze respostas indicativas de se tratarem de Organizações detentoras de investimentos em países com moeda diferente do euro sob a forma de filiais/subsidiárias e que apresentam contas consolidadas em Portugal, estando alguma(s) dessa(s) filiais/subsidiárias incluída no perímetro da consolidação. Desta forma, esta problemática da transposição abrange 60% das empresas pertencentes ao PSI-20.

Os restantes 40% ou oito respostas, resultaram de cinco empresas (25%) que não responderam e três (15%) que responderam negativamente à primeira questão ou condição mencionada no parágrafo anterior, tendo aqui terminado o seu inquérito.

A segunda e terceira questão dizem respeito à forma como é determinada a moeda funcional das filiais/subsidiárias, e a partir de que taxa de inflação é que a moeda funcional é considerada a de uma economia hiperinflacionária respectivamente.

A IAS 21 considera vários indicadores para as empresas determinarem a moeda funcional das suas filiais/subsidiárias e refere ainda que quando a moeda funcional não for óbvia, a gerência deve usar o seu juízo de valor para a determinar, de modo a que seja a que mais fidedignamente represente os efeitos económicos das transacções, acontecimentos e condições subjacentes. No entanto, dos diversos indicadores referidos na IAS 21, esta considera como primários os seguintes:

- A moeda que influencia principalmente os preços de venda dos bens e serviços;
- A moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos determinam principalmente os preços de venda dos seus bens e serviços;
- A moeda que influencia principalmente a mão-de-obra, o material e outros custos do fornecimento de bens e serviços.

A norma refere estes três indicadores como primários, mas não os classifica de forma a se saber, qual deve ser considerado em primeiro lugar na determinação da moeda funcional.

Através do inquérito concluiu-se que das doze empresas, seis (50%) consideram em primeiro lugar a moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos determinam principalmente os preços de venda dos seus bens e serviços, uma (8%) considera a moeda que influencia principalmente os preços de venda dos bens e serviços e cinco (42%) consideram todos estes indicadores como prioritários na determinação da moeda funcional das suas filiais/subsidiárias, atribuindo a todos eles o mesmo peso.

Na terceira questão, que permitia conhecer a partir de que taxa de inflação é que as empresas consideravam que a moeda funcional é a moeda de uma economia hiperinflacionária, sete ou 58% das doze empresas pertencentes ao PSI-20 e que lidam com a problemática da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira, responderam a partir de uma taxa pertencente ao intervalo compreendido entre 9% e 12% e cinco empresas ou 42% escolheu a opção “outra”, mencionando que seria quando a taxa de inflação acumulada dos últimos três anos fosse igual ou superior a 100%.

Pensou-se que seria também importante saber qual o tratamento dado pelas empresas inquiridas, no caso de se presenciar a uma desvalorização da moeda funcional após a data do balanço. Esse facto deveria ser divulgado nas notas explicativas, apresentado no balanço e demonstração de resultados ou não deveria ser divulgado/apresentado.

Assim, na questão quatro do inquérito, nove empresas (75%) divulga ou divulgaria caso ocorresse uma desvalorização da moeda funcional após a data do balanço nas notas explicativas e três empresas (25%) acha que não deve ser divulgado nas notas explicativas ou apresentado no balanço e demonstração de resultados.

As questões seguintes, consistiam em determinar se as empresas, apesar de não ser obrigatório pela IAS 21, divulgavam as diferenças de transposição por país onde a filial/subsidiária desenvolve a sua actividade, contribuindo desta forma para um “relato por segmentos”, ou divulgavam a discriminação das diferenças de câmbio por rubrica da demonstração dos resultados e balanço e por último se concordavam com a introdução da obrigatoriedade destas duas divulgações.

O resultado indicou que apenas duas empresas (17%) divulgavam, tanto as diferenças de transposição por país onde a filial/subsidiária desenvolve a sua actividade, contribuindo desta forma para um “relato por segmentos”, como a discriminação das diferenças de câmbio por rubrica da demonstração dos resultados e balanço.

As outras dez empresas (83%) não divulga qualquer um dos factos mencionados no parágrafo anterior.

Quanto à questão de se concordar ou não com a obrigatoriedade de qualquer uma das duas divulgações, concluiu-se que apenas uma empresa (8%) não concorda que se torne obrigatório qualquer uma das duas divulgações.

Existem oito empresas (67%) que concordam com a obrigatoriedade de qualquer uma das duas divulgações, duas (17%) que apenas concorda com a obrigatoriedade da divulgação das diferenças de transposição por país onde a filial/subsidiária desenvolve a sua actividade, contribuindo desta forma para um “relato por segmentos” e uma (8%) que apenas concorda com a divulgação da discriminação das diferenças de câmbio por rubrica da demonstração dos resultados e balanço.

De referir ainda que tanto as duas empresas que apenas concordam com a obrigatoriedade da divulgação das diferenças de transposição por país onde a filial/subsidiária desenvolve a sua actividade, contribuindo desta forma para um “relato por segmentos” como a empresa que apenas concorda com a divulgação da discriminação das diferenças de câmbio por rubrica da demonstração dos resultados e balanço já o fazem ou divulgam.

Das oito empresas que concordam com a obrigatoriedade de qualquer uma das duas divulgações, apenas uma divulga a discriminação das diferenças de câmbio por rubrica da demonstração dos resultados e balanço e nenhuma exerce a outra divulgação.

As últimas duas questões têm como objectivo entender quais as ferramentas/folhas de trabalho são utilizadas para proceder à transposição das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira das filiais/subsidiárias através das IAS 21 e se a transposição é efectuada pela empresas apenas para efeitos de apresentação de contas anuais ou intercalares ou também numa óptica regular para fins de controlo e tomada de decisão para a gestão.

Concluiu-se que sete das doze empresas, ou seja cerca de 58%, utiliza um software contabilístico para efectuar a transposição, quatro (33%) utiliza apenas uma folha de cálculo e uma empresa (8%) utiliza ambas as ferramentas para proceder à transposição das demonstrações financeiras das suas filiais/subsidiárias expressas em moeda estrangeira.

Por último, concluímos que as doze empresas (100%) utilizam a transposição também numa óptica regular para fins de controlo e tomada de decisão para a gestão.

Desta forma, podemos concluir que, apesar das indicações dadas pela IAS 21, ainda existe alguma subjectividade ou diferenciação nos critérios utilizados pelas principais empresas portuguesas ao determinar a moeda funcional, bem como na constatação de que determinada moeda é ou não a de uma economia hiperinflacionária. Este facto ficou bem patenteado na falta de consenso verificado nas respostas às questões dois e três do inquérito.

Podemos também afirmar, através das respostas à questão sete do inquérito, que existe uma vontade ou necessidade generalizada de tornar obrigatória a divulgação das diferenças de transposição por país onde a filial/subsidiária desenvolve a sua actividade, contribuindo desta forma para um “relato por segmentos”, e da discriminação das diferenças de câmbio por rubrica da demonstração dos resultados e balanço, embora a IAS 21 não obrigue a nenhuma destas divulgações nem as empresas inquiridas o façam presentemente.

Ficou também provado de forma inequívoca, através das respostas à questão nove, que a transposição das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira não é efectuada apenas para efeitos de apresentação de contas, mas também é importante numa óptica de gestão e para a tomada de decisão no que concerne a investimentos estrangeiros.

O Quadro IX – Resumo das respostas do inquérito, podemos verificar as percentagens que se constatarem por cada resposta às diversas questões:

Quadro IX – Resumo das respostas do inquérito

Opções	Questões								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
A	60%	8%	0%	75%	17%	17%	67%/17%/8%	33%	0%
B	15%	50%	0%	0%	83%	83%	8%	58%	100%
C	-	0%	0%	25%	-	-	-	8%	-
D	-	42%	58%	-	-	-	-	0%	-
E	-	-	0%	-	-	-	-	-	-
F	-	-	42%	-	-	-	-	-	-
Não respondeu	25%	-	-	-	-	-	-	-	-

8 - CONCLUSÕES

O método da taxa de encerramento é o aplicável no maior número de situações pelas normas a que se recorre mais frequentemente: A IAS 21 do IASB, a FAS 52 do FASB e a SSAP 20 do ASB. No entanto, o método temporal é também utilizado em circunstâncias especiais.

O método da taxa de encerramento apresenta-se face ao método temporal como o de aplicação mais simples, uma vez que dispensa a necessidade de reter todas as taxas de câmbio históricas e que são relevantes para a outra metodologia. Apresenta ainda como vantagem, a manutenção das relações existentes entre os itens das demonstrações financeiras denominadas em moeda estrangeira depois de transpostas.

A atractividade do método temporal advém da sua base teórica. Este método faz com que as demonstrações financeiras de entidades estrangeiras sejam transpostas para a moeda de relato como se tivesse sido essa a unidade de medida em que inicialmente tinham sido mensuradas.

A base teórica indicada no parágrafo anterior suporta o conceito do investimento líquido preconizado pela SSAP 20, bem como a definição da moeda funcional preconizada tanto pela FAS 52 como pela IAS 21. Assim, a moeda funcional é determinada em consequência do grau de autonomia da entidade estrangeira para com a empresa-mãe e sempre que se conclua que existe uma forte dependência entre estas duas entidades é proposto o método temporal, tanto pela FAS 52, como pela norma do IASB.

Sempre que exista um considerável grau de autonomia entre a entidade estrangeira e a empresa-mãe, faz sentido evidenciar o conceito de investimento líquido preconizado pela SSAP 20. Desta forma, estamos perante o pressuposto de que a empresa-mãe não está interessada na especificação dos activos da subsidiária, mas antes no retorno do investimento, que se reveste sob a forma de dividendos.

Deste modo, o investimento inicial é visto como o início de um negócio como um todo, mais do que como activos e passivos individuais, sendo mensurado pelo total de investimento líquido, através do uso da taxa de encerramento.

Podemos desta forma afirmar que já existe uma relativa convergência nesta problemática da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda diferente da da empresa-mãe, o que não era uma realidade à alguns anos atrás.

Tanto pela IAS 21, como pela FAS 52, um ponto essencial prende-se com a determinação da moeda funcional, parecendo existir consenso neste campo. Os factores que devem ser considerados pelas entidades, quer numa quer na outra norma, para determinar a moeda funcional procuram encontrar o grau de dependência da entidade estrangeira para com a empresa-mãe. No entanto, ambas as normas deixam ao critério da gerência a determinação da moeda funcional sempre que os factores referidos forem mistos e a moeda funcional não for óbvia.

Embora a IAS 21 já defina três indicadores prioritários para determinação da moeda funcional, não indica porque ordem devem ser preferidos. Parece-nos então necessário, visando uma maior homogeneidade, a identificação de quais os factores devem ser prevaletentes. Como se verificou no inquérito realizado às empresas portuguesas que constituem o PSI-20, a resposta a esta questão não foi consensual.

Outro aspecto referido nestas duas normas e também crucial para a determinação do método a aplicar é a constatação de estarmos ou não perante uma economia hiperinflacionária. Existe também aqui uma certa subjectividade, visto não se estabelecer, nem nas normas do IASB, nem na FAS 52, uma taxa absoluta a partir da qual se presume estar perante uma economia hiperinflacionária, pelo que pensamos ser assim aconselhável a definição dessa taxa.

Também, no que respeita a esta questão, não existiu consenso nas respostas dadas no inquérito realizado.

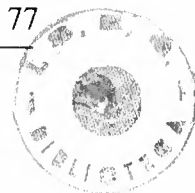
Podemos então concluir que a grande diferença ao nível da normalização do IASB e do FASB nesta matéria, verifica-se quando o país estrangeiro é hiperinflacionário. Pela FAS 52 a moeda funcional é automaticamente considerada a da empresa-mãe e é aplicado o método temporal, sendo as diferenças de transposição incluídas no resultado.

Na IAS 21, os resultados e posição financeira de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser transpostos para uma moeda de apresentação diferente usando os seguintes procedimentos:

- Todas as quantias (activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos, incluindo comparativos) devem ser transpostas à taxa de fecho na data do balanço mais recente, excepto quando as quantias são transpostas para a moeda de uma economia não hiperinflacionária, em que
- As quantias comparativas serão as apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior (não sendo assim ajustadas por alterações subsequentes no nível de preços ou nas taxas de câmbio).

Quando a moeda funcional de uma entidade é a moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade deve reexpressar as suas demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 antes de aplicar o método referido no parágrafo anterior.

As diferenças de câmbio resultantes devem ser reconhecidas como uma componente separada do capital próprio até à alienação da unidade operacional estrangeira.



9 - BIBLIOGRAFIA

- Accounting Standards Board, SSAP 20 (1983) - Foreign Currency Translation.
- Beams, Anthony, Clement e Lowensohn (2003), Advanced Accounting, Prentice Hall, 8ª Edição.
- Financial Accounting Standards Board, FAS 52 (1981), Foreign Currency Translation.
- Haried Andrew A., Imdieke Leroy F. e Smith Ralph E., Advanced Accounting, John Wiley & Sons, inc., 6ª Edição
- Huefner, Largay e Hamlen (2005), Advanced Financial Accounting, Thomson Publishing, 9ª Edição.
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1998), VII Jornadas de Contabilidade e Auditoria.
- International Accounting Standards Board, IAS 21 (2004) - Os efeitos de alterações em taxas de câmbios.
- International Accounting Standards Committee (2000), International Accounting Standards Explained, Wiley.
- Lopes C. (1997), Aspectos Contabilísticos e Fiscais da Consolidação de Contas, Editora Rei dos Livros
- Maillet C. e Manh A. (2003), Les Normes Comptables Internationales IAS/IFRS, Éditions Foucher.
- Nobes e Parker (1998), Comparative International Accounting, Prentice Hall Europe, 5ª Edição.

-
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2004), Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRSs™).
 - Pahler A. e Mori J.(1997), Advanced Accounting, Dryden Press, 6ª Edição
 - Radebaugh L. e Gray S. (1997), International Accounting and Multinational Enterprises, John Wiley & Sons, Inc., 4ª Edição
 - Rodrigues J.(2005), Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro, Áreas Editora, 2ª Edição.

10 - ANEXOS

Anexo 1 - Exemplar de inquérito distribuído às empresas

INQUÉRITO - TRANSPOSIÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
MOEDA ESTRANGEIRA

EMPRESA:_____

NOME RESPONSÁVEL FINANCEIRO:_____

DATA:_____

ESTA INFORMAÇÃO DESTINA-SE A FINS MERAMENTE ACADÉMICOS,
SENDO O SEU CONTEÚDO ABSOLUTAMENTE CONFIDENCIAL

1 - A empresa onde exerce funções detém investimentos em países com moeda diferente do euro sob a forma de filiais/subsidiárias e apresenta contas consolidadas em Portugal, estando alguma(s) dessa(s) filiais/subsidiárias incluída no perímetro da consolidação?

A) SIM

B) NÃO

Se respondeu Não à pergunta anterior o seu inquérito termina aqui.

2 - Qual dos seguintes factores considera em primeiro lugar ao determinar a moeda funcional?

A) A moeda que influencia principalmente os preços de venda dos bens e serviços

B) A moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos determinam principalmente os preços de venda dos seus bens e serviços

C) A moeda que influencia principalmente a mão-de-obra, o material e outros custos do fornecimento de bens e serviços

D) Todos

3 - A partir de que taxa de inflação é que considera que a moeda funcional (moeda do ambiente económico principal no qual a entidade opera) é a moeda de uma economia hiperinflacionária?

A) Menos de 3%

B) 3% a 6%

C) 6% a 9%

D) 9% a 12%

E) Mais de 12%

F) Outra

Qual?_____

4 - Se ocorrer uma desvalorização da moeda funcional após a data do balanço, este facto deve ser divulgado/apresentado em que demonstrações financeiras?

- A) Divulgado notas explicativas
- B) Apresentado balanço e demonstração de resultados
- C) Não deve ser divulgado/apresentado

5 - Apesar de não ser obrigatório pela IAS 21, divulga as diferenças de transposição por país onde a filial/subsidiária desenvolve a sua actividade, contribuindo assim para um "relato por segmentos"?

- A) SIM
- B) NÃO

6 - Apesar de não ser obrigatório pela IAS 21, divulga a discriminação das diferenças de câmbio por rubrica da demonstração dos resultados e balanço?

- A) SIM
- B) NÃO

7 - Concorda com a introdução da obrigatoriedade das divulgações indicadas em 5 e 6?

- A) SIM
- B) NÃO

8 - Quais as ferramentas/folhas de trabalho que utiliza para proceder à transposição das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira das referidas filiais/subsidiárias através da IAS 21?

- A) Folha de cálculo em Excel
- B) Software Contabilístico
- C) Ambos
- D) Outros

Quais? _____

9 - Efectua a transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira apenas para efeitos de apresentação de contas anuais ou intercalares ou também numa óptica regular para fins de controlo e tomada de decisão para a gestão?

- A) Apenas para efeitos de apresentação de contas anuais ou intercalares
- B) Também para efeitos de gestão e tomada de decisão

Se pretende receber uma síntese das conclusões deste estudo? ☐ Nesse caso
deixe o seu contacto:

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal _____ - _____

Email: _____

Os meus agradecimentos pela colaboração.

Bruno Campino